

Vamos começar pelo óbvio e pelo fim: a Campanha das Diretas Já foi um marco na história do Brasil no século XX. Milhões de brasileiros foram às ruas, em todos os cantos do país, como nunca se vira até então, exigir eleições diretas para presidente da República para aquele mesmo ano de 1984. Se eles não conseguiram em 1984, porque foram defraudados pelas correntes políticas conservadoras mais interessadas em promover uma “transição transada”, como então se dizia, deixaram claro naquele momento que não queriam também mais aquela ditadura que estava no poder desde o golpe de 1964.

A Campanha das Diretas Já também deixou na cena política brasileira um ator que vivenciara uma crise de identidade após as eleições de 1982: o Partido dos Trabalhadores. Foi com as Diretas Já que os brasileiros viram em ação um partido que compreendia e ecoava seus anseios e que, na sua defesa, não transigia.

Este número 3 de *PERSEU* apresenta um conjunto de documentos relativos à Campanha das Diretas Já, de 1983 a 1985. De um lado, agrupamos algumas imagens dessas mobilizações e outras tantas representações iconográficas desse movimento. De outro, publicamos um conjunto de textos relativos às Diretas, subscritos pelo Partido dos Trabalhadores e pelos seus militantes. Eles abrangem um período de pouco mais de um ano e que começou em novembro de 1983.

Mais precisamente no dia 27, na praça Charles Miller, em frente ao estádio municipal do Pacaembu, em São Paulo. Ali, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em favor da paz, do desarmamento e contra a intervenção dos Estados Unidos na América Latina, e o PT, em favor das eleições diretas e livres, decidiram realizar dois atos ao mesmo tempo, aos quais, no período de sua preparação – que começara cerca de um mês antes –, conseguiram a adesão de quase sete dezenas de entidades e partidos políticos de oposição, produzindo o primeiro ato unitário e suprapartidário em favor das eleições diretas para presidente da República. À medida que se progride na leitura dos textos, ordenados cronologicamente, pode-se acompanhar tanto o crescendo das manifestações populares como as negociações subterrâneas entabuladas pelas forças que preferiram manter a fórmula de eleições presidenciais então existentes, o

chamado Colégio Eleitoral. Após a derrota, no Congresso Nacional, da emenda pelas Diretas, em 25 de abril de 1984, apenas parte das forças que até ali combateram pelas Diretas, com o PT à frente, continuou a manter esta luta e contrapor-se às eleições indiretas. Daí prosseguem os documentos mostrando as dificuldades dessa luta, a qual, mesmo não impedindo a realização das eleições no Colégio Eleitoral, mostrou o empenho nesse combate. Tais documentos fazem avultar a defesa intransigente por parte do Partido dos Trabalhadores de seus princípios. Mesmo que isto tenha custado o afastamento de parte de seus parlamentares, mais especificamente daqueles que participaram e votaram – contrariando determinação de Encontro Nacional do partido de rejeitar e não participar das eleições indiretas – no Colégio Eleitoral em favor da chapa de oposição aquela que foi apoiada pelos militares. A luta pelas Diretas sinalizou ao povo brasileiro que o Partido dos Trabalhadores chegara para ficar de vez em primeiro plano na cena política brasileira.

*Centro Sérgio Buarque de Holanda  
Maio de 2009*

# PRESIDENTE, QUEM ESCOLHE É A GENTE

Maria Victoria Benevides

*Voto não enche barriga*, dizia o ditador Getúlio Vargas<sup>1</sup> – “os trabalhadores estão interessados em benefícios concretos, e não em eleições”. Ao saber das variantes da ocasião – como “o povo não está preparado para votar”, por exemplo – aquela “tese” contra eleições seria invariavelmente louvada pelas elites, sempre que ameaçadas de perderem o poder. E voltou a ser lembrada agora, quando se discute a sucessão presidencial, pelos que mal disfarçam o autoritarismo que oscila do “realismo” à safadeza.

É evidente que a eleição não é mágica para salvar o país afundado na pior crise de sua história. Não é preciso ressuscitar o “pai dos pobres”; todos sabem, e o trabalhador sabe melhor ainda, que eleição, por si só, não resolve o desemprego, não paga a dívida externa, não fulmina a corrupção, não extirpa a miséria. Por que, então, a conquista das eleições transformou-se, com prioridade, em bandeira do movimento popular? Por que o Partido dos Trabalhadores vincula sua luta pelas diretas com o ataque à política econômica, o desemprego, o arrocho salarial? O esclarecimento dessa questão é necessário, não apenas para enfatizar que se trata, sim, de uma reivindicação popular, como também para explicitar as diferenças entre as posições dos que defendem eleições diretas na próxima sucessão.

A eleição direta é, sempre, um exercício democrático que garante participação popular. O povo está consciente que a escolha de seus governantes é um direito seu, e quer exercê-lo. E embora saiba que não significará, de imediato, a plena democratização do país – como seria uma efetiva extensão da cidadania às classes populares incluindo o voto ao analfabeto –, sabe que eleição direta é um passo decisivo para a superação deste regime. Para os trabalhadores a crise não consiste apenas no drástico agravamento de suas condições de vida, mas também na sua desmobilização como força social e política. No entanto, é preciso ter claro que, independentemente do valor intrínseco da eleição, na atual conjuntura este direito pode ser (re)conquistado pela luta popular ou falsamente “doado” nas diversas fórmulas de “consenso” e “entendimentos” que caracterizam a política elitista da “conciliação”. Muitos dos que defendem a “mobilização da sociedade” pelas diretas estão, na realidade, cogitando da “mobilização de alguns”, contra a vitória de certo candidato ou certos grupos. Afinal, “tudo lá em cima”. Parodiando o mineiro da República Velha, esses senhores não estariam tramando “ façamos a eleição antes que o povo o faça”?

Para o PT, a defesa das eleições diretas só se entende como conquista popular, subtraída ao jogo das cúpulas. É essa ênfase que explica sua expressiva vitória política ao conclamar a todos, neste domingo, para as ruas e a praça. (É o que explica, também, que os petistas tenham insistido tanto na realização de eleições para prefeitos da capital.)

Voltando ao primeiro ponto: é importante que a luta pelas diretas se conjugue com protesto contra a política econômica. O regime atual tem como forças mais visíveis a política econômica e o controle sobre o processo sucessório. As ameaças que possam pairar sobre a possibilidade de uma sucessão pró-regime são também ameaças à continuidade de sua política econômica. No sistema de eleições diretas, todos

sabem, as chances de Delfim Netto<sup>3</sup> e seguidores seriam praticamente nulas (aliás, a confusão do governo e do PDS em torno da entrevista do presidente Figueiredo<sup>4</sup> a favor das diretas expressa a confusão de um partido e um governo que não têm mais uma proposta política. Fracassada a tese das indiretas, de que maneira poderão defender as diretas sem muitas perdas e danos?). Ao vincular sua luta pelas diretas com a denúncia de um modelo econômico o PT quer atingir o flanco exposto do regime (não é à toa que os próprios pedessistas<sup>5</sup> afirmam que, em eleições diretas, ganhará o que mais duramente atacar a política econômica do governo). Mas acima de tudo permanece nesta luta política dos trabalhadores o caráter da conquista popular. Você sabe: presidente, quem escolhe é a gente.

**Fonte:** *Folha de S.Paulo*, 27 de novembro de 1983, p. 3.

## NOTAS

<sup>1</sup> Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), advogado e político. Com a deposição de Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957) pelo movimento armado de outubro de 1930, foi designado chefe do Governo Provisório. Continuou no cargo até ser eleito presidente pela Constituinte em 1934, com mandato até 1938. No entanto, em novembro de 1937 deu o golpe de Estado que o manteve no poder até 1945 e instituiu o chamado “Estado Novo”. Em 1950 foi eleito presidente da República, exercendo o cargo até seu suicídio. (N.E.)

<sup>2</sup> A frase citada pela autora é de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1879-1946). Advogado e político, foi deputado federal por Minas Gerais de 1911 a 1917, de 1919 a 1925 e de 1935 a 1937. Foi ainda ministro da Fazenda em 1917-1918, senador por Minas Gerais em 1925 e 1926 e governador desse estado de 1926 a 1930. (N.E.)

<sup>3</sup> Antônio Delfim Netto (1928). Economista e político. Durante os governos militares foi ministro da Fazenda, de 1967 a 1974, embaixador do Brasil na França, de 1975 a 1978, ministro da Agricultura em 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1979 as 1985. Foi deputado federal por São Paulo de 1987 a 2006. (N.E.)

<sup>4</sup> João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar, exerceu funções públicas durante os governos militares: chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de 1969 a 1974, chefe do Serviço Nacional de Informações, de 1974 a 1978, e presidente da República, de 1979 a 1985. (N.E.)

<sup>5</sup> Trata-se dos militantes do Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido governista estabelecido em 1965 e extinto em dezembro de 1979, com o fim do bipartidarismo do regime militar –, criado em janeiro de 1980. A legenda existiu até abril de 1983, quando o PDS fundiu-se com o Partido Democrata Cristão (PDC) para dar origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). (N.E.)

# EXIGÊNCIA DOS BRASILEIROS

*Luiz Inácio Lula da Silva*

Por mais que setores importantes da Imprensa nacional tentem desesperadamente esconder a realidade, não dá mais para negar que a esmagadora maioria do povo brasileiro exige eleições diretas para presidente da República ainda no ano de 1984.

O PT entende que as eleições diretas se conquistam nas ruas. Ninguém pense que as grandes reivindicações democráticas poderão ser conseguidas por dádiva ou concessão dos poderosos.

E por entender que só a mobilização do povo pode chegar à conquista dessa exigência nacional é que o nosso partido está empenhado desde há muito tempo nessa campanha. Desde a nossa fundação como partido fizemos incluir em nosso programa a luta por eleições livres e diretas. Foi dentro dessa perspectiva que convocamos para o dia 27 de novembro [de 1983] um comício em praça pública (Comício do Pacaembu em São Paulo), e para ele chamamos todas as forças interessadas na conquista desse direito popular. Nem todos se mobilizaram naquela data como o PT. Mas isso não nos abateu, demos início à campanha, e continuamos empenhados nessa mobilização. Hoje, parece que todas as forças não comprometidas com o regime militar tomaram consciência de que precisamos ir para as ruas.

É na mobilização de rua que poderemos demonstrar a vontade da maioria dos brasileiros. No momento, temos que decidir quem representa melhor a Nação: 60 milhões de eleitores ou um Colégio Eleitoral<sup>1</sup> espúrio que congrega cerca de 800 pessoas sem representatividade para tomar essa decisão que envolve o destino de 120 milhões de brasileiros.

Para que possamos nos unir em torno da luta pelas eleições diretas é necessário que todas as forças se empenhem sem querer tirar proveito da mobilização popular, a não ser o de conquistar o direito de escolhermos o nosso presidente. Somos contra, por exemplo, que alguns setores, antes mesmo de conquistarmos o direito de votar, se encontrem preocupados muito mais em lançar nomes candidáveis do que participar efetivamente de uma grande mobilização.

Para o PT a eleição direta não pode ser vista como a panaceia. Entendemos a eleição direta como meio eficaz de colocar na ordem do dia a solução dos grandes problemas do nosso povo, como a crise econômica, onde se destacam, entre outras, a questão do desemprego e dos salários, o fim da lei de segurança nacional<sup>2</sup>, a autonomia e a liberdade sindical, enfim, a solução dos graves problemas criados pelos 20 anos de arbítrio a que estamos submetidos desde 1964.

Alguns setores empenhados na defesa das eleições indiretas afirmam que “o povo não quer votar, o povo quer arroz e feijão”. Sabemos disso, só que há 20 anos o povo não vota e está cada dia mais carente de arroz e feijão e de muito mais coisas. Se a nação puder votar, o eleito terá que sair da eleição comprometido com os problemas básicos da população.

O presidente que for eleito pelo processo direto deverá ser alguém comprometido com os problemas de nossa gente. Um presidente indireto, certamente, será alguém desvinculado do povo e comprometido com as multinacionais e com os FMI's<sup>3</sup> da vida.

Antes de estarmos preocupados com o nome desse presidente, temos que conquistar o direito de elegê-lo diretamente, e não só o presidente, mas os prefeitos das capitais e os das chamadas áreas de segurança nacional.

É importante, ainda, não se marcar data para o encerramento da campanha pelas eleições diretas. Esta luta deve ser conduzida num crescendo até a conquista e efetivação das eleições diretas em nosso país.

Eleições diretas em todos os níveis. Presidente quem escolhe é a gente.

**Fonte:** *Diário Popular*, São Paulo, 22/01/1984, p. 6.

## NOTAS

<sup>1</sup> A ditadura militar, através do Ato Institucional nº 2, de 17/10/1965, além de extinguir os partidos políticos existentes antes do golpe de 1964, definiu o fim das eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, os quais passaram a ser eleitos pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Após a promulgação da Constituição de 1967, os militares mantiveram o processo indireto de escolha do presidente, mas criaram o Colégio Eleitoral, que era composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas Assembleias Legislativas estaduais, cujo número era definido pela proporcionalidade dos eleitores de cada unidade da Federação. Em 1982, nova modificação foi introduzida: cada uma das assembleias estaduais passaria a indicar seis representantes, independentemente de critérios de proporcionalidade. (N.E.)

<sup>2</sup> Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal deste tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado pela ditadura do chamado "Estado Novo". Em 1953 surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. O governo militar instaurado em 1964 alterou este quadro e, a partir de 1965, introduziu sucessivas mudanças na LSN que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. (N.E.)

<sup>3</sup> O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 como um dos sustentáculos da reconstrução da ordem econômica internacional do pós-Guerra, e tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus atuais 184 países-membros. A partir da crise do petróleo dos anos

1970 o capitalismo internacional entrou em um período recessivo. O regime militar resolveu manter o nível de desenvolvimento através do aumento do endividamento externo e da realização de obras monumentais. Isto jogou o Brasil em uma grave crise econômica, que levou o país a negociar o pagamento das dívidas internacionais com o FMI, o qual, de acordo com sua ortodoxa orientação econômica de então, impôs condições, como redução dos gastos públicos, corte nos aumentos salariais etc., que agravaram ainda mais o quadro. (N.E.)

## NOTA DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

A enorme distância que separa o decadente governo do general Figueiredo dos anseios do povo brasileiro ficou mais uma vez demonstrada na reunião realizada esta semana no Palácio do Planalto, entre o presidente Figueiredo e os chamados “presidenciáveis” do PDS<sup>1</sup>.

Sentindo o peso das manifestações populares que, em todo o país, reivindicam a realização das eleições diretas, o presidente da República, falando em nome dos ministros militares, procurou intimidar a nação fazendo ressurgir pressões e ameaças exigidas pelo que resta do combalido e moribundo sistema de forças que detêm o poder desde 1964.

O Partido dos Trabalhadores entende que a abertura política é uma conquista do povo brasileiro, não uma concessão dos que ilegítimamente exercem o poder. E por isso entende que as eleições diretas para presidente da República virão irreversivelmente não como uma dádiva dos governantes, mas como conquista do povo.

Ameaças e manobras intimidatórias não poderão interromper o exercício legítimo do direito de manifestação. Não são os comícios, concentrações, passeatas e caminhadas que podem ser caracterizados como pressão contra o Congresso Nacional, a quem cabe aprovar a emenda constitucional que restabelece o direito de voto. O que caracteriza pressão e violência contra os parlamentares brasileiros é [a] atitude do regime exposta na reunião do Palácio do Planalto e nas declarações de ministros e líderes do PDS. Cairão no vazio as tentativas de reduzir a amplitude da campanha através de velhos chavões anticomunistas. A verdadeira ameaça que paira sobre o Congresso Nacional é a corrupção posta em prática por “presidenciáveis” que compram votos e consciências no afã de conquistarem o poder.

O Partido dos Trabalhadores reafirma a importância e a necessidade de aprofundar e popularizar ainda mais a campanha pelas eleições diretas e conclama as demais forças políticas a manterem-se firmes no objetivo de conquistarem eleições diretas já:

1. A realização, no dia 21, de uma reunião em Brasília entre os presidentes dos partidos e suas lideranças no Congresso visando à constituição de uma coordenação unitária nacional da campanha a ser integrada pelos diversos segmentos da sociedade que nela estão engajados;

2. A realização de um dia nacional pelas eleições diretas, marcado pela participação ativa da população;

3. A criação de comitês unitários estaduais, municipais, de bairros e por categoria, a fim de que a campanha seja realmente ampla e não de uma ou outra força isolada. De um lado, está a população brasileira que quer eleger o presidente e luta para isso. De outro, os que ainda detêm o poder e procuram assegurar sua continuidade à revelia da nação.

A campanha pelas eleições diretas tem que prosseguir, crescendo a cada dia, e não se esgotará na votação da primeira emenda constitucional no Congresso. Para nós do PT, a campanha não tem data para terminar, somente acabará no dia em que todos os eleitores estiverem depositando seus votos nas urnas. A votação da emenda constitucional<sup>2</sup>, no Congresso, prevista para abril, é um momento de



extrema significação nessa luta e que o povo pacificamente tem o direito de testemunhar por isso.

O PT estará presente nesse dia em Brasília, não só através de sua bancada parlamentar, como através de suas direções e da convocação de seus filiados, apelando às outras forças políticas e entidades representativas da sociedade brasileira que se façam presentes.

O Partido dos Trabalhadores está convicto que as eleições virão, agora, apesar das manobras, das pressões e intimidações dos que estão conluiados com a corrupção, com a subserviência ao Fundo Monetário Internacional e com a inflação desenfreada que redundará em fome e miséria para o povo brasileiro.

O PT reafirma que nenhum veto oficial é capaz de conter a aspiração popular e nem a campanha é propriedade dessa ou daquela força política, mas, sim, expressão de profundo anseio de todo o povo brasileiro.

São Paulo, 18 de fevereiro de 1984.

*EXECUTIVA NACIONAL DO PT*

**Fonte:** Original mimeografado, 2 p. (*Acervo do CSBH-FPA*)

## NOTAS

<sup>1</sup> No dia 15 de fevereiro de 1984 o presidente da República realizou uma reunião com a presença de ministros de Estado e candidatos do PDS. Nela, depois de apresentar um relatório dos serviços de informações do governo – que afirmavam que a campanha das Diretas Já era inspirada pelo comunismo, o que seria uma ameaça à “segurança nacional” –, apresentou as posições defendidas pelo seu governo. Nelas reiterava-se que a eleição presidencial seria realizada, como previsto, através do Colégio Eleitoral. Desse modo, não seria tolerada a realização de uma marcha sobre Brasília, proposta pelos organizadores das Diretas Já para pressionar o Congresso Nacional na votação da emenda que instituiria as eleições presidenciais diretas. Outra diretiva saída dessa reunião foi a de que o PDS deveria se unir em torno da candidatura a ser definida na convenção do partido prevista para setembro daquele ano. (N.E.)

<sup>2</sup> Referência à emenda constitucional, apresentada em fevereiro de 1983 pelo deputado Dante Martins de Oliveira (PMDB-MT), que restabelecia eleições diretas em todos os níveis e marcava para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente. (N.E.)

# RESOLUÇÕES DE ENCONTROS NACIONAIS DO PT

3º Encontro Nacional – 6 a 8 de abril de 1984 – São Bernardo do Campo - SP

## Teses para a atuação do PT

[...]

### 4 - PELAS ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS

Não estamos na luta por eleições diretas para a Presidência da República por razões meramente táticas. Queremos eleições livres e diretas em todos os níveis por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês. A luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil.

Nessas condições, a reivindicação de eleições diretas para a Presidência da República não é bandeira exclusiva do PT. As eleições diretas também não têm, por si só, o condão de resolver todos os problemas que afetam os trabalhadores e o país. Mas a conquista das eleições diretas para a Presidência constitui passo importante na derrubada do Regime Militar. É por isso que exigimos eleições livres e diretas, isto é, sem casuísmos, sem proibição de coligações, sem leis de inelegibilidades, com ampla liberdade de organização e propaganda, direito de voto extensivo a analfabetos e soldados, liberdade de organização partidária para todas as tendências políticas e ideológicas.

Isso também significa que, para nós, a luta por eleições livres e diretas não tem prazo para acabar, como ocorre com outros partidos de oposição. Significa também que essa campanha traz em seu bojo a luta contra a política salarial, contra o desemprego, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra o acordo com o FMI. Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.

Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, o PT deve articular suas táticas, intensificando o debate sobre a Assembleia Constituinte.

Com essa perspectiva, nossa proposta é de que as eleições livres e diretas sejam realizadas em dois turnos, de modo a garantir a todos o direito de competir pela preferência popular, e também de assegurar que o próximo presidente da República seja eleito pela maioria absoluta do eleitorado. Graças a este processo, todos os partidos poderão lançar seus candidatos no primeiro turno e, no segundo, a disputa ficará limitada aos dois primeiros colocados.

Por outro lado, consideramos precipitado, neste momento, o lançamento de candidaturas pelo PT. Nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas. No

entanto, atingida essa meta e definido quando e sob que regras as eleições serão realizadas, o PT deverá, então, realizar uma Convenção Nacional Extraordinária para deliberar sobre plataforma eleitoral e candidatura própria.

[...]

**Fonte:** PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional e FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Memória. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 151-152.

# NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores dirige-se aos congressistas, aos trabalhadores e ao povo em geral para expressar o seu repúdio às medidas de emergência<sup>1</sup> que ora constroem as atividades do Congresso Nacional. Adotadas pelo governo federal a pretexto de oferecer garantias à atividade parlamentar, supostamente ameaçada pelas pressões da sociedade, estas medidas constituem, na verdade, meio evidente de intimidação contra a livre expressão do Congresso. São medidas só compreensíveis em um poder armado, mas hoje destituído de qualquer sinal de legitimidade popular.

O Partido dos Trabalhadores está convencido de que a votação de que participamos no Congresso é um passo a mais em uma grande campanha pelas eleições diretas que já se acha vitoriosa nas ruas e nas praças do nosso país. É a vontade soberana da Nação expressa nesta campanha histórica que incumbe ao Congresso entender, não se deixando intimidar pelo arbítrio dos que usam as armas contra o povo.

A campanha pelas eleições diretas já é hoje de toda a sociedade brasileira, não apenas dos partidos ou das lideranças políticas. Por isso, o comitê suprapartidário tem sido capaz de promover a união das lideranças políticas e dos partidos, das instituições da sociedade civil, dos movimentos populares, das associações ligadas à cultura, ao direito e à imprensa. Mais do que a unidade dos políticos empenhados nas eleições diretas, o comitê expressa, nesse momento, a unidade da Nação desejosa de ver imediatamente restabelecido o seu direito de eleger o presidente da República.

Reafirmamos, pois, nossa determinação de que o papel coordenador da campanha deve caber ao comitê. E exortamos as lideranças políticas e os partidos, em geral, para que reafirmem o comitê como fórum competente para o exame de propostas que visem o restabelecimento das eleições diretas no país, por isso, lamentamos manifestações precipitadas de alguns líderes que, à revelia do comitê, e em desrespeito à vontade expressa da maioria do povo brasileiro, têm vindo a público com propostas inoportunas que só servem para desviar a atenção do povo daquilo que hoje é essencial, ou seja, a aprovação da emenda das diretas.

Hoje, mais do que nunca, é necessário manter o movimento pelas diretas no rumo que lhe foi ditado pelo povo nas praças de todo o país. Hoje, mais do que nunca, é necessário vencer a indecisão e a conciliação, na certeza de que o Congresso Nacional não fraudará uma esperança que é de toda a Nação.

*Luiz Inácio Lula da Silva*  
Presidente

**Fonte:** Original mimeografado [24/04/1984], 1 p. (*Acervo CSBH-FPA*)

## NOTA

---

<sup>1</sup> As Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições foram criadas no final do governo do general Ernesto Geisel em substituição ao Ato Institucional nº 5. Em 18 de abril de 1984, frente à disposição do movimento pelas Diretas Já em organizar uma marcha sobre Brasília para pressionar os congressistas durante a votação da emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas presidenciais, o governo declarou que as Medidas de Emergência estariam em vigor no Distrito Federal e em mais 10 cidades de Goiás no período de 20 a 30 de abril. Através do ato ficaram limitados os acessos a Brasília, proibidas as manifestações políticas naquela área, mesmo em recintos fechados, e previa-se a censura às rádios e às televisões para impedir a transmissão da votação no Congresso Nacional. A execução das Medidas de Segurança estaria sob a responsabilidade do comandante militar do Planalto, o general Newton Araújo do Oliveira e Cruz. (N.E.)

# O SIGNIFICADO DO 16 DE ABRIL

Florestan Fernandes

Há muita preocupação pela “posição do governo” e por “o que acontecerá se a Emenda Dante de Oliveira não fora aprovada?”. É justo que esses temas tomem conta das preocupações. Eles são temas cruciais. De um lado, está uma ditadura que, ao longo dos 20 anos, mostrou-se capaz de inverter o curso das suas promessas aparentemente mais firmes. Hoje ela já não dispõe da mesma força. Mas continua a comandar um trunfo militar que ainda não foi batido e reúne um conjunto de forças reacionárias e contra-revolucionárias que prefere a derrota ao bom senso. Portanto, usando prerrogativas que não são legítimas e hoje são repudiadas pela quase totalidade da Nação, o governo procura torpedear uma transição rápida, ainda que pacífica e vantajosa para os que abusaram do poder e deveriam tremer diante do que fizeram!

De outro lado, as ambiguidades e as vacilações da oposição, a nível institucional (isto é, de omissões que cabem aos partidos, que não souberam avançar até os limites do ponto de partida que se delineou com tanta clareza há mais de dois anos), conferiram naturalmente uma importância capital à Emenda Dante de Oliveira. Toda a oposição sabe perfeitamente que a emenda só é decisiva para o Congresso e que ela não arromba as portas que já estão abertas. Se a emenda for derrotada, ela cumpriu o seu fim e quem perdeu a oportunidade política terá sido o “Planalto”, com o seu partido vassalo, o PDS, e as chamadas “forças da ultradireita”. Se ela for aprovada, o Congresso terá correspondido à pressão popular e avançado no sentido de afirmar-se como *um poder respeitável e independente*. Deixará para trás as vergonhas recentes e se imporá como um poder autônomo da República. Poder-se-á dizer que não foram os deputados e senadores que conquistaram, a peito descoberto, essa autonomia, pois ela vem de bandeja, como uma consequência da pressão popular contra a ditadura na sua forma atual. Todavia, não se pode (nem se deve) menosprezar o que a aprovação da emenda representa como união das reivindicações das lutas travadas em conjunto pela massa mais ativa da população e a “classe política”.

Não obstante, o personagem central não é visível. Ele não é representado pelo governo, porque este é uma ditadura que se impôs pelas armas e por sucessivas artimanhas que elas possibilitaram; e ele não é senão parcialmente representado pelos “partidos da oposição”, porque estes foram reduzidos, pela ordem ilegal vigente, à condição inescapável de partidos da ordem, queiram ou não queiram. Esse personagem central é a massa mais ativa e decidida, politicamente falando, da população. Massa que abrange as várias classes e frações de classes, mas que possui seu peso estatístico nos trabalhadores assalariados, nos desempregados ocasionais e estruturais, numa pequena burguesia quase completamente empobrecida e proletarizada e em alguns estratos das classes médias e da alta burguesia. O centro burguês ocupa o palco político através da direção e das cúpulas dos partidos. No entanto, a força política que impulsiona a oposição, sacode os partidos, faz os políticos perderem o sono e amedronta um Executivo irresponsável, se concentra na base mais pobre da pirâmide das classes. Antes, essa base era designada desprezivelmente como “gentinha”, o povilêu sem eira nem beira. Hoje, ela é o povo, a parte viva do despertar

da Nação, o dinamismo que finalmente transmutou a Nação em realidade política e a converte em fonte de uma revolução democrática original e estuante.

Um personagem desse porte – e com essa originalidade histórica – só pode ser ouvido ou observado sob condições especiais, quando ele se manifesta coletivamente. Os vários comícios que ocorreram no Brasil, desde a primeira tentativa encabeçada pelo PT no Pacaembu até o de 16 de abril<sup>1</sup>, passando pelo Rio de Janeiro e por tantos outros, ofereceram a todos a oportunidade de indagar o que esse personagem quer. O comício de 16 de abril merece ser posto em relevo, não por causa de suas proporções – mas porque ele condensa tudo o que se acumulou em termos de forças psicossociais e políticas que se concentraram e se exprimiram através da massa popular mais ativa e decidida. Para entendê-lo, era preciso não estar no palanque: as manifestações da massa diluem-se e misturam-se, chegam ao tope dos partidos e das lideranças como um rumor confuso. Em suma, seria necessário sentir e participar da eclosão das reações e dos sentimentos políticos dessa grande massa para compartilhar o significado de suas atitudes e frustrações a partir de sua própria forma de ser, de externar-se e de afirmar-se contraditoriamente, dentro de um torvelinho, no qual as divergências desembocam irremediavelmente no mínimo comum que *todos querem*.

As vaias que menos chamaram a atenção foram as mais importantes. A publicitarização e a anodização do comício desencadearam as vaias que pareciam ser as mais importantes – que atingiram os Malufs e Andreazzas<sup>2</sup>, poupando o poder que os instrumentaliza, ou que enfatizaram a mensagem central (diretas já) ou que retiravam das elites dos partidos (e, portanto, dos quadros das classes dominantes), os heróis que são bafejados na nova mitificação dos “paladinos da democracia” etc. etc. Todavia, as vaias de maior densidade política não foram essas, o que quer dizer que as vaias não são o que elas parecem (o que sucede, também, com os aplausos). É preciso tomar pelo que são as vaias com que foram recebidos Tancredo Neves, Leonel Brizola e Franco Montoro<sup>3</sup> e os aplausos que cercaram os seus discursos e, especialmente, o de Lula. Deve-se dar de barato que eles sabem o seu ofício e que os incidentes não interessam por si mesmos (e tampouco devem ser inteiramente atribuídos a percepções mais ou menos notórias). O elemento irredutível e diferencial aparece no que a massa popular não só exteriorizou repetidamente, mas, ainda, demonstrou categoricamente, colocando atitudes, expectativas e frustrações em sua contextualização imediata de sentido.

Dois coisas se evidenciam como fatos claros e irretorquíveis. Primeiro, as vaias e os aplausos que interessam, que alcançaram os nossos, salientam algo crucial: a massa politicamente ativa não encontra campeões integrais ou os campeões, quando eles vão ao fundo de sua fala, ficam aquém das posições da mesma massa. Os ritmos da revolução democrática estão desigualmente distribuídos: a radicalidade não passa pela linguagem dos políticos, mas pela disposição da massa em ir ao combate com eles *apesar de tudo*. Até o Lula, o único que se sintoniza plasticamente com a corrente política que sobe debaixo para cima, não acompanhou as alterações do conteúdo das atitudes e expectativas da massa ao longo da presente campanha (o seu discurso é fundamentalmente o mesmo do Pacaembu, explicitando o *porquê* das “eleições diretas já” à luz do comportamento político do povo). Segundo, as palavras de ordem e os símbolos de protesto ficaram tão suplantados quanto os partidos e

suas mensagens políticas de oposição dentro do enquadramento “legal” da ditadura. Os partidos transbordam de modo evidente o contingenciamento ilegal que vem de cima somente nas correias de protesto orquestrado (pois tudo fica pessoal e só se pode condenar uma suposta “baderna”, intrínseca à contestação apoiada por centenas de milhares de pessoas). Mas, mesmo assim, não respondem diretamente à pressão popular. Ela vai não só contra a ordem ilegal existente, ela se manifesta primariamente – e de forma impaciente – em favor de uma ordem legal nova, verdadeiramente democrática, o que marca o elemento diferencial revolucionário e construtivo dessa pressão espontânea. Aí as vaias aos *nossos* e os aplausos que retumbaram ao discurso propriamente político dos líderes partidários descobrem o nó da questão: a pressão popular e revolucionária em um sentido e dentro de ímpetos que os partidos existentes ainda não logram aprofundar e ampliar. Eles são meios institucionais de um novo ponto de partida, mas ainda não se configuram, estrutural e dinamicamente, para corresponder politicamente a esse ponto de partida.

Aí está o significado do 16 de abril e, de um modo mais geral, do imenso confronto de massa popular que a ditadura acabou desencadeando contra si mesma. O quadro que se delinea é claramente positivo, embora seja assustador para a ditadura que se tornou instrumental para um fim imprevisto, o desencadeamento popular da revolução democrática – e para os segmentos mais reacionários das classes burguesas. Ele desvenda que a pressão popular está destruindo todo o complexo institucional montado pela ditadura e testado para durar indefinidamente, com retoques sucessivos. Os partidos de oposição estão incluídos nesse complexo, não só o PDS e o poder arbitrário que desgoverna a Nação. O mesmo quadro indica que a Nação busca organizar-se a si mesma, mediante a presença popular na criação de uma ordem legalmente republicana e politicamente democrática.

**Fonte:** *Folha de S.Paulo*, 24 de abril de 1984, p. 3.

## NOTAS

<sup>1</sup> Referência ao último grande comício pelas Diretas Já antes da votação da emenda pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente e que foi realizado em São Paulo, no Anhangabaú, em 16 de abril de 1984. (N.E.)

<sup>2</sup> Paulo Salim Maluf (1931). Engenheiro e político. Prefeito de São Paulo (1969-1971), governador de São Paulo (1979-1982), deputado federal por São Paulo (1983-1987). Mario Davi Andreazza (1918-1988). Militar, foi ministro dos Transportes (1967-1974) e do Interior (1979-1985) durante a ditadura militar. Ambos disputavam no interior do PDS a indicação para a disputa do cargo de presidente no Colégio Eleitoral, que acabou sendo vencida por Maluf na convenção do partido, realizada em 12 de agosto de 1984, por 493 votos contra 350, dados a Andreazza. (N.E.)

<sup>3</sup> Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Advogado e político. Vereador em São João Del Rei (1935-1937), deputado estadual em Minas Gerais (1947-1951), deputado federal por Minas Gerais (1951-1955, 1963-1979), ministro da Justiça (1953-1954), diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1956), diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1959), secretário de Finanças de Minas Ge-



rais (1959-1960), presidente do BNDE (1960-1961), primeiro-ministro (1961-1962), senador por Minas Gerais (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984), presidente eleito da República (1985). Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Engenheiro e político. Deputado estadual (1947-1952), secretário de Obras do Rio Grande do Sul (1952-1954), deputado federal (1955), prefeito de Porto Alegre (1956-1958), governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), deputado federal pela Guanabara (1963-1964), governador do Rio de Janeiro (1983-1987, 1991-1994). André Franco Montoro (1916-1999). Advogado, professor e político. Vereador em São Paulo (1951-1952), deputado estadual em São Paulo (1955-1958), deputado federal por São Paulo (1959-1971, 1995-1999), ministro do Trabalho e da Previdência Social (1961-1962), senador por São Paulo (1971-1983), governador de São Paulo (1983-1987). (N.E.)

# DIRETAS ENTRE O PRÍNCIPE E OS “SANS-CULOTTES”

*Marco Aurélio Garcia*

Perdeu-se uma batalha mas não se perdeu a guerra. Trata-se, sem dúvida, de um lugar comum que tem, no entanto, a função de manter viva a chama da mobilização pelas Diretas Já. O momento, porém, é mais para a reflexão do que para as frases de efeito e sem uma análise das causas que levaram à derrota da Emenda Dante de Oliveira não será fácil reverter a situação atual e arrisca-se, inclusive, a perder-se a guerra. A frustração nacional que uma derrota definitiva produziria – antevista nas pungentes cenas de revolta popular na madrugada de anteontem, quando se anunciou o resultado da votação na Câmara – teria efeitos devastadores sobre este inédito processo de politização popular, que desmentiu muitas “verdades” sobre a “passividade dos brasileiros”, tão velhas quanto a afirmação do cronista que atestava ter o povo assistido “bestificado” à proclamação da República.

É certo que a ofensiva do Planalto das últimas semanas, articulada em torno da Emenda Figueiredo<sup>1</sup> e das [medidas de] emergências, teve um papel decisivo no resultado da votação da Dante de Oliveira. As medidas de emergência, ainda que não tenham calado o povo de Brasília, serviram de chantagem sobre alguns parlamentares do PDS que viam nelas amostra de um endurecimento maior. A censura, por outro lado, permitiu que alguns acalentassem a ideia de que ficariam impunes, uma vez que seu “não” às diretas não seria transmitido “ao vivo e a cores”.

A Emenda Figueiredo, em sua interpretação Leitão-Marchezan<sup>2</sup>, abriu também um campo aparentemente viável de negociações entre governo e oposições, com a previsão de subemendas do tipo mandato tampão de dois anos, ou fórmulas de nomes de conciliação nacional. Isto também conspirou contra a Dante de Oliveira, que aparecia aos olhos de muitos pedessistas como “menos abrangente” e mais impositiva.

Se falo em viabilidade aparente de negociação a partir da Emenda Figueiredo é porque estou seguro de que há uma outra interpretação possível da proposta do Planalto, digamos, aquela que provém do “sistema” e que deu à iniciativa governamental apenas o sentido de uma manobra tática de contenção da proposta das Diretas Já, cujos efeitos se faziam devastadores sobre o PDS, sobretudo tendo em vista o marasmo político da Presidência da República. Esta “leitura” da Emenda Figueiredo, que aparece nas declarações de Medeiros, Abi-Ackel<sup>3</sup>, de malufistas e andreazzistas, está a mostrar o quão difícil serão as negociações em torno de uma forma de consenso, ou, pelo menos, suficientemente majoritária no Parlamento, mas que, ao mesmo tempo, não desconheça a única maioria que claramente conta hoje em dia, porque se expressa de forma inequívoca, a maioria das ruas.

A desatenção, para dizer o menos, a esta realidade levou o governador Tancredo Neves a dar um sério golpe nas chances da Emenda Dante de Oliveira, ao se oferecer para negociar com o governo quando não havia evidências definitivas de que as Diretas Já não passariam no dia 25. Mais ainda, a postura de Tancredo, que

não é solitária no PMDB, liberou muitos pedessistas vacilantes de votar o “sim”, na crença de que a Emenda Figueiredo tudo poderia consertar, sobretudo porque as negociações estarão em mãos hábeis de artesãos da política.

Não é de hoje que o fascínio pelos ensinamentos do Príncipe condiciona o comportamento de nossos políticos. A atração que este estilo de fazer política exerce é de tal ordem que mesmo homens excepcionalmente advertidos, do ponto de vista intelectual, para as novas realidade sociais do país acabam por sucumbir aos sortilégios florentinos.

É este o sentido das advertências que podemos ler nas páginas desta *Folha*, dias atrás, sobre os que “se abrigam na utopia” e “expressam mais com as tripas do que com a cabeça, a presença dos *sans-culotte* na vida brasileira”. Desde muito tempo os *sans-culotte*, em bom português, o “povão”, são uma presença incômoda na política. Sua marcha plebeia é indelével nas instituições democráticas “burguesas” que se constituíram nos países onde o *ancien régime* foi derrubado por uma autêntica revolução. Mas não é preciso ser professor de política para saber que as instituições “burguesas” não são o resultado expressivo da ação da burguesia. Nelas estão presentes (como realidade e como possibilidade de transcendê-las) as marcas das classes trabalhadoras, sua cabeça e, por que não, suas tripas. Nenhuma *realpolitik* que se geste nas alterações ou aqui mesmo em São Paulo poderá ocultar esta grande utopia que fez do movimento das diretas um dos mais fascinantes movimentos de nossa história. Mesmo que alguns se comportem como aquela senhora que, na espera de Ulisses, tecia de dia e desfazia de noite.

**Fonte:** *Folha de S.Paulo*, 27/04/1984, p. 3.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> No dia 16 de abril de 1984 o governo encaminhou uma proposta de emenda constitucional que ficou conhecida como Emenda Figueiredo, em referência ao presidente da República, general João Batista Figueiredo. Para se contrapor à Emenda Dante de Oliveira e tentar abrir negociações com setores conservadores que se sentiam compelidos a apoiar as Diretas Já, a emenda previa 58 alterações na Constituição em vigor. Entre elas estava a eleição do sucessor do general Figueiredo em 1988 e a consequente redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. Em 28 de junho de 1984 foi retirada pelo presidente Figueiredo para impedir a realização de uma manobra regimental da oposição que faria com que, após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a questão das eleições diretas acabasse voltando sob outra forma. (N.E.)

<sup>2</sup> João Leitão de Abreu (1913-1992). Advogado e professor. Durante a ditadura militar ocupou as funções de chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1969-1974 e 1981-1985) e de ministro do Supremo Tribunal Federal (1974-1981). Nelson Marchezan (1938-2002). Advogado e político. Vereador em Santa Maria/RS) (1960-1962), deputado estadual no Rio Grande do Sul (1963-1967 e 1971-1975); deputado federal pelo Rio Grande do Sul, 1975-1987 e 1995-2003) e secretário nacional de Comunicação (1992). Durante a ditadura militar foi líder do Governo em duas ocasiões (1979-1980

e 1983-1984) e presidiu a Câmara dos Deputados (1981-1983). Marchezan e Leitão de Abreu deram o aspecto final da chamada Emenda Figueiredo. (N.E.)

<sup>3</sup> Otávio Aguiar de Medeiros (1922-2005). Militar. Chefe do Serviço Nacional de Informações (1978-1985). Ibrahim Abi-Ackel (1927). Advogado e político. Vereador em Manhuaçu/MG (1955-1959), deputado estadual em Minas Gerais (1963-1975), deputado federal por Minas Gerais (1975-1983, 1989-2007), ministro da Justiça (1980-1985). (N.E.)

# PLATAFORMA DE LUTAS

*Resolução Política*

O Partido dos Trabalhadores reafirma sua disposição de intensificar a mobilização popular pelas eleições livres e diretas já e apresenta os pontos essenciais de sua plataforma de lutas em torno das quais procurará reunir o maior número de forças políticas e sociais:

1- Revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e demais leis repressivas, bem como dos dispositivos constitucionais sobre medidas de emergência e estado de emergência, e desmantelamento do aparelho repressivo.

2- Rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e imediata suspensão do pagamento da dívida externa, com a subsequente investigação caso a caso.

3- Imediato reajuste salarial para todos os trabalhadores, com base na inflação dos últimos seis meses, e subsequente adoção, daí por diante, da escala móvel de salários.

4- Salário-desemprego, de aplicação imediata, e adoção de medidas econômicas para gerar empregos em grande escala nas diversas regiões do país.

5- Reforma Agrária sob direção e controle dos trabalhadores que garanta terra para quem nela trabalha.

6- Liberdade e autonomia sindicais, com reconhecimento efetivo do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical em relação ao Estado.

7- Reformulação – com efetiva participação dos trabalhadores – das leis sobre trabalho, salário, previdência social e aposentadoria.

8- Atendimento de emergência às necessidades básicas da população mais carente, em termos de alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, vestuário, recreação, lazer e cultura, com fundos provenientes dos lucros de multinacionais, grandes propriedades rurais e sistema bancário e financeiro.

9- Ampla e livre organização política e partidária, expressamente para correntes partidárias atualmente consideradas ilegais; eleições diretas para prefeitos de todos os municípios, inclusive os considerados como áreas de segurança nacional; revogação da “Lei Falcão”<sup>1</sup>, das inelegibilidades, dos casuísmos da legislação partidária e eleitoral e de quaisquer restrições à livre propaganda e ao direito de voto; extensão de voto aos analfabetos, soldados e cabos.

10- Solidariedade aos povos de todo o mundo que lutam contra o imperialismo e a opressão de governos antidemocráticos; exigência de reatamento de relações

diplomáticas, culturais e comerciais com Cuba e reconhecimento da FMLN<sup>2</sup> como legítima representante do povo salvadorenho.

São Paulo, 5 e 6 de maio de 1984.

*DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES*

**Fonte:** Original datilografado, 2 p. (*Acervo CSBH-FPA*)

## **NOTAS**

---

<sup>1</sup> Lei que reformou o Código Eleitoral em 1976. Os seus dispositivos restringiram o acesso dos candidatos aos meios de comunicação, obrigando-os apenas a apresentar seus currículos e plataformas e os seus retratos, no caso da televisão, impedindo assim o livre debate. O nome pela qual passou a ser conhecida a vinculava ao ministro que orientou a confecção do projeto de lei que deu origem ao dispositivo legal: Armando Ribeiro Falcão (1919). Advogado e político. Deputado federal pelo Ceará (1951-1968) e ministro da Justiça (1959-1961 e 1974-1979). (N.E.)

<sup>2</sup> Sigla da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, criada em 1980, em El Salvador, como resultado da unificação de várias organizações de luta armada da esquerda revolucionária. Em 1992 a FMLN legalizou-se como partido político, deixando para trás uma tradição de sete décadas de luta clandestina dos revolucionários, dando início a uma nova etapa histórica de lutas dentro do marco da legalidade e da nova institucionalidade resultante do Acordo de Chapultepec. Esta orientação, através de um longo processo, permitiu que, em 15 de março de 2009, a FMLN finalmente conseguisse eleger o presidente de El Salvador, Mauricio Funes. (N.E.)

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), reunido em São Paulo em 5 e 6 de maio, reafirma o propósito de continuar e intensificar a luta pela realização de eleições diretas já em 1984. Dentro desta perspectiva, o PT anuncia desde logo que não participará do Colégio Eleitoral nem tampouco de quaisquer negociações que privem o povo de seu inalienável direito de se eleger, ainda neste ano, o presidente da República.

A apregoada conciliação com o regime autoritário só virá beneficiar as elites, em detrimento dos interesses da esmagadora maioria do povo. A história brasileira é pródiga em pactos semelhantes: setores das classes dominantes aliando-se para excluir o povo das decisões políticas.

Qualquer outro caminho que não seja o indicado pelo povo representará a continuidade da submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com trágicas consequências – recessão, desemprego e fome. Representará igualmente a manutenção dos tradicionais mecanismos de manipulação e opressão da classe trabalhadora – Lei de Segurança Nacional e Consolidação das Leis do Trabalho<sup>1</sup>, entre tantos outros.

Coerentes, pois, com as posições que temos expressado reiteradamente, condenamos aqueles que insistem em ignorar a vontade manifesta nas praças do Brasil inteiro, tentando substituir as Diretas Já por enganosas alternativas (mandato-tampão, pseudoparlamentarismo, eleição pelo Congresso etc.). Tais propostas desviam a luta democrática dos seus verdadeiros objetivos, dividem as oposições, confundem a população e carregam água para o moinho dos adversários das aspirações populares.

A votação da Emenda Dante de Oliveira (decisão ilegítima do Congresso Nacional, porque contrária à vontade dos brasileiros e tomada sob o jugo das medidas de emergências), marcou tão-somente o final da primeira fase da campanha, cuja tônica foi dada por grandes comícios e manifestações públicas, emprestando à luta parlamentar um conteúdo popular sem paralelo em nossa vida política.

A segunda fase começa agora e, para que tenha êxito, impõem-se definições claras quanto aos seus métodos e objetivos. Reafirmamos, nesta oportunidade, o Comitê Nacional pelas Diretas (bem como os comitês regionais e locais) como o foro de orientação da Campanha, cujo espaço principal deve continuar sendo o das ruas e das praças, dos bairros, das empresas e das escolas.

Acreditamos que os partidos políticos e os movimentos populares, com base na riquíssima experiência acumulada nos últimos meses, reúnem todas as condições para levar adiante a campanha, possibilitando uma participação popular ainda mais expressiva.

Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores se empenhará junto ao Comitê Suprapartidário Nacional visando realizar sucessivas jornadas nacionais de luta, com concentrações populares e paralisações do trabalho de maneira a que essas iniciativas, num crescendo, possam desembocar, conforme orientação unitária do movimento sindical, numa ampla e massiva greve geral, capaz de traduzir com superior contundência a vontade soberana da Nação.

São Paulo, 6 de maio de 1984.

*DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES*

**Fonte:** Original datilografado, 2 p. (*Acervo CSBH-FPA*)

## **NOTA**

---

<sup>1</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se em vigor desde 10 de novembro de 1943, agrupando parte substancial da legislação relativa ao trabalho. (N.E.)



# PELA REAFIRMAÇÃO DAS DIRETAS JÁ

*Resolução Política*

1. O PT reafirma as suas resoluções do Encontro Nacional de São Bernardo e da reunião do Diretório Nacional realizada em São Paulo. E reitera seu propósito de prosseguir na campanha por eleições Diretas Já como uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo e como primeiro passo para mudanças políticas e econômicas que levem ao atendimento de reivindicações da classe trabalhadora.

2. Reafirma, também, sua posição contrária a quaisquer negociações que privem o povo de seu direito de eleger ainda este ano o novo presidente e contra as manobras de prorrogação do mandato do atual presidente.

3. O PT não participará do Colégio Eleitoral e nem de quaisquer outros mecanismos de escolha indireta do presidente. Mais ainda, o PT se empenhará concretamente no boicote ao Colégio Eleitoral para torná-lo inviável.

4. Para que a mobilização popular pelas Diretas Já tenha tempo para superar o nível alcançado anteriormente, o PT tentará protelar a votação da Emenda Figueiredo, que mantém o Colégio Eleitoral em 1984 e adia para 1988 a eleição direta. Ao mesmo tempo, procurará redirecionar contra o Executivo o eixo da pressão popular, e exigirá que o governo substitua aquela emenda por outra que estabeleça diretas em 1984. Se isso não for conseguido, o PT lutará, no Congresso, para destacar e derrubar os itens da Emenda Figueiredo que mantêm a escolha indireta em 1984, e examinará os demais itens, para aprovar os que interessam à classe trabalhadora e às oposições.

5. O PT considera indispensável, neste momento, retomar, ampliar e intensificar a mobilização pelas Diretas Já, através de sucessivas e crescentes manifestações populares, com jornadas nacionais de luta que incluam concentrações e paralisações do trabalho. Essas lutas populares devem desembocar numa ampla e massiva greve geral, de acordo com o movimento sindical, e para cuja efetiva preparação o PT conclama desde já seus militantes e simpatizantes.

6. Em torno dos objetivos aqui definidos, e, especialmente, de sua *Plataforma de Lutas de 10 pontos*, o PT se empenhará em reunir o maior número de forças políticas e sociais, especialmente os sindicatos, as entidades populares e os partidos.

7. Nesse contexto, o PT referenda os contatos até aqui mantidos pela direção nacional e autoriza o seu prosseguimento, sempre que necessário, e de acordo com as resoluções democraticamente aprovadas no partido, ao mesmo tempo em que se compromete a divulgar, pública e oficialmente, os resultados dessas conversações.

Brasília, 2 e 3 de junho de 1984.

*DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES*

**Fonte:** Original datilografado, 2 p. (*Acervo CSBH-FPA*)

# CAMPANHA NACIONAL PELAS DIRETAS JÁ E CONTRA O COLÉGIO ELEITORAL

*Resolução Política*

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido no dia 7 de julho, no Rio de Janeiro, reafirmou sua posição de luta pelas Diretas Já e contra o Colégio Eleitoral, e adota esta Resolução Política com a orientação a ser seguida por suas bancadas parlamentares, Diretório Nacional, Diretórios Regionais, Municipais, Distritais e Zonais, Núcleos de Base e de todos os seus filiados.

O PT apresenta uma proposta política para a conjuntura, com um eixo central e uma forma de luta prioritária:

*“O eixo central de proposta do PT é a derrubada do Colégio Eleitoral, a conquista das Diretas Já, contra candidaturas indiretas, e a obtenção de mudanças no regime com base na plataforma de dez pontos.*

*A forma prioritária de luta preconizada pelo PT é o prosseguimento, a ampliação, a intensificação e a diversificação das manifestações populares, com sucessivas e crescentes jornadas que culminem na mobilização pela paralisação cívica nacional e apoio efetivo à organização da greve geral proposta pela CUT<sup>1</sup> e por setores combativos do sindicalismo.”*

Esta proposta política do PT é detalhada a seguir.

## **I. A luta no plano parlamentar**

No Plano Parlamentar/Institucional, a luta do PT, neste momento, deve concentrar-se em torno de dois objetivos definidos e interligados: A) a aprovação da Emenda Teodoro Mendes; B) o boicote ao Colégio Eleitoral.

### *A) Emenda Teodoro Mendes*

Existem várias emendas, no Congresso Nacional, estabelecendo eleições em 1984. Além da Emenda Dante de Oliveira, já rejeitada, e a subemenda das diretas que a oposição pretendia apresentar à Emenda Figueiredo, e, que, com a retirada desta, ficou prejudicada, existem ainda duas emendas fixando Diretas Já, em dois turnos: a Emenda Teodoro Mendes (PMDB/SP) e a Emenda Ayrton Sandoval (PMDB/SP)<sup>2</sup>.

A eleição direta em dois turnos é defendida pelo PT, que faz expressa referência a ela no documento básico do Encontro Nacional de 1984 – “Por um PT de massas”: a eleição em dois turnos garante que o presidente eleito represente a maioria do eleitorado, porque, no primeiro turno, os eleitores votam nos diversos candidatos que se apresentarem, e, no segundo, escolhem um entre os dois que tiverem sido mais votados em primeiro turno. A resolução contida no Documento Básico do Encontro Nacional estabelece que, uma vez conquistadas as Diretas Já, o PT decidirá o que fazer, em matéria de candidaturas.

Existe, concreta e objetivamente, a possibilidade de a Emenda Teodoro Mendes ser incluída na pauta de discussões do Congresso Nacional no começo de agosto. Em relação a essa emenda, o PT adota as seguintes medidas práticas:

1. A Secretaria Nacional de Organização do PT deverá divulgar para todo o partido o texto da Emenda Teodoro Mendes e a documentação necessária para a sua cabal compreensão.

2. A Bancada Federal do PT lutará para a inclusão da Emenda Teodoro Mendes na pauta das discussões do Congresso e lutará para a sua aprovação.

3. As diversas instâncias orgânicas do partido, os seus dirigentes de todos os níveis, e os filiados devem divulgar a Emenda Teodoro Mendes e promover atividades de agitação e propaganda em torno de seu conteúdo e da necessidade de sua aprovação.

4. O calendário básico para esta campanha inicia-se a partir desta reunião do DN e irá até meados de agosto, ou até data mais adequada à tramitação da Emenda Teodoro Mendes.

#### *B) Boicote ao Colégio Eleitoral*

No Plano Parlamentar/Institucional, o partido, através de seus diversos órgãos e, principalmente, por meio de suas Bancadas parlamentares, desenvolverá várias medidas tendentes a inviabilizar o Colégio Eleitoral. Essas medidas são as seguintes:

1. A Bancada Federal, com o concurso de medidas jurídicas mobilizadas pela Secretaria Geral Nacional, procurará impedir a regulamentação do Colégio Eleitoral. Se o Colégio não for regulamentado, poderá ser criado um impasse institucional que torne propícia a reapresentação de emendas constitucionais pró-Diretas Já.

2. O PT não participará do Colégio Eleitoral. Os parlamentares do PT, em todos os níveis, assumirão compromissos públicos de não comparecerem ao Colégio Eleitoral, assinando notas e listas próprias ou engrossando listas já existentes.

3. O Diretório Nacional e a bancada federal dirigir-se-ão a todas as bancadas parlamentares federais no sentido de obter delas o compromisso de não comparecerem ao Colégio Eleitoral, negando-lhe quórum e assim tornando-o inviável, se antes não for obtida sua implosão pela não regulamentação.

4. Os Diretórios Regionais do PT, e as bancadas parlamentares estaduais e municipais, dirigir-se-ão a todas as bancadas parlamentares das Assembleias Legislativas no sentido de obter delas o compromisso de negarem quórum à reunião do Colégio Eleitoral.

5. Os Diretórios Regionais, Municipais, Distritais e Zonais do PT se encarregarão de, por várias formas, angariar assinaturas populares para um abaixo-assinado de apoio aos parlamentares que não comparecerem ao Colégio Eleitoral e de repúdio aos que comparecerem. A Secretaria Geral Nacional redigirá o texto do abaixo-assinado.

6. O calendário básico para estas medidas é o seguinte:

- até 15 de agosto, abaixo-assinado popular e obtenção de compromissos de não comparecimento;

- até 15 de janeiro de 1985, medidas jurídicas e parlamentares para inviabilizar o Colégio Eleitoral.

## II. A luta no plano popular

A forma de luta prioritária a ser desenvolvida pelo PT é a retomada de manifestações populares que culminem na paralisação cívica nacional, e, ao mesmo tempo, apoio efetivo à greve geral proposta pela CUT. Ainda não está fixada uma data para a Paralisação Cívica Nacional, mas a ideia deve começar a ser propagandeada imediatamente.

Ao mesmo tempo, o PT deverá acompanhar mais de perto as diversas lutas setoriais, de caráter popular e sindical, por reivindicações econômicas, sociais e políticas, com o objetivo de ir articulando-se com a luta política mais geral pelas Diretas Já e pela mudança do regime.

Greves por aumentos salariais ou contra o desemprego, atos de desobediência civil, manifestações de desgosto a medidas ou expressão do regime, devem ser apoiadas pelos petistas, que devem esforçar-se para que as forças em luta alcancem um patamar de qualidade superior nas suas reivindicações e se juntem aos demais na conquista das Diretas Já e na derrubada do Colégio Eleitoral.

Essa articulação entre as lutas setoriais específicas e a luta política geral deverá ser conduzida de maneira a priorizar a Paralisação Cívica Nacional, e, ao mesmo tempo, apoiar efetivamente a organização da greve geral proposta pela CUT.

Para a aplicação concreta dessa linha, ficam adotadas as seguintes medidas práticas:

1. A Secretaria Geral Nacional do PT elaborará, com maior urgência possível, um calendário básico a ser adotado em todo o país, com a necessária flexibilidade para atender as circunstâncias regionais e locais, e que leve em conta os desdobramentos da conjuntura política.

2. A Comissão Executiva Nacional do PT dirigir-se-á à Direção Nacional da CUT no sentido de consultá-la sobre a possibilidade de aquele organismo realizar uma plenária nacional para a decisão sobre a Greve Geral.

3. A Secretaria Geral Nacional do PT dará ampla divulgação, em todo o país, à Plataforma de Dez Pontos e preparará textos contendo dados sobre a conjuntura e sobre as propostas do partido.

4. Os Diretórios Regionais, Municipais, Distritais e Zonais e os Núcleos de Base devem organizar e preparar grupos permanentes de três a cinco militantes para atividades diárias de agitação e propaganda.

5. Os dirigentes e filiados do PT em todos os níveis deverão intensificar a sua atuação em movimentos populares e sindicais, em Comitês Supra-Partidários e em quaisquer outras entidades, para retomar a mobilização de massas.

6. O PT, através de todos os seus órgãos e de seus dirigentes e filiados, deve empenhar-se numa ampla e massiva campanha nacional no sentido de pôr em prática o eixo central da sua proposta política: *derrubada do Colégio Eleitoral, conquista das Diretas Já e mudança do regime com base na plataforma de dez pontos.*

## III. Ampliação e diversificação de apoios

A luta pelos objetivos políticos indicados deve ser feita com todo o empenho pelo PT, mas o PT não deve julgar nem poderá conduzi-la sozinho. Assim, o PT vai

continuar atuando em todas as frentes – sobretudo nos Comitês Supra-Partidários – em que tenha efetivas condições de lutar por suas propostas. No caso específico dos Comitês, embora eles estejam em grande parte esvaziados pela ação dos indiretistas, o PT deve trabalhar de maneira que eles possam impulsionar e não refrear a mobilização popular.

O PT deverá ampliar e diversificar o leque de apoios, buscando novas alianças principalmente nos setores mais combativos, nos setores sindical e popular, no interior dos demais partidos políticos e das entidades de massa.

Nesse sentido, o PT já iniciou contatos com o Grupo Só-Diretas (PMDB e PDT), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, CUT, ANDES, OAB, ABI<sup>3</sup>. Deverá ampliar esses contatos, procurar outros, fortalecer os compromissos de lutas, diversificar formas de apoio, de maneira a mudar a correlação de forças dentro das frentes oposicionistas, hoje em parte seduzidas pela ilusão da disputa indireta no Colégio Eleitoral.

*Para a aplicação desta Resolução Política, a Secretaria Geral Nacional do PT manterá contatos permanentes com os diversos órgãos partidários, recebendo relatórios do andamento da campanha e emitindo novas orientações adequadas às alterações da conjuntura.*

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1984.

SECRETARIA GERAL NACIONAL DO PT

**Fonte:** Original datilografado, 4 p. (Acervo CSBH-FPA)

## NOTAS

<sup>1</sup> A Central Única dos Trabalhadores, confederação sindical de caráter nacional, foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), como resultado das mobilizações que se iniciaram em 1978 nas greves de São Bernardo e que se ampliaram, sendo conduzidas pelos chamados sindicalistas autênticos. (N.E.)

<sup>2</sup> José Teodoro Mendes (1941). Advogado, professor e político. Vereador em Sorocaba/SP (1973-1974), deputado federal por São Paulo (1975-1977 e 1983-1991), prefeito de Sorocaba (1977-1982). Airton Sandoval Santana (1943). Advogado e político. Deputado federal por São Paulo (1975-1995). A Emenda Teodoro Mendes acabou descartada da pauta de votação da Câmara dos Deputados em 10 de setembro de 1984 por falta de acordo entre as lideranças partidárias. (N.E.)

<sup>3</sup> Após a derrubada da Emenda Dante de Oliveira um crescente número de políticos, sobretudo do PMDB, passou a negociar com o governo a sucessão presidencial, em um processo de arrefecimento do movimento das Diretas Já rumo a um processo de transição a frio, passando pela eleição no Colégio Eleitoral. Apenas o Partido dos Trabalhadores e o Grupo Só-Diretas, formado por um grupo de parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e ao Partido Democrático Trabalhista, persistiram na necessidade da manutenção das mobilizações para a consecução de

seus objetivos. O mesmo fenômeno de debandada ocorria na chamada “sociedade civil”, em que também diversas entidades e organizações passaram a empenhar-se na via das negociações entre o governo e as oposições. Apenas algumas entidades mostravam-se dispostas na continuação das mobilizações. A Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo foi criada, no âmbito da Cúria Metropolitana de São Paulo, em 1972, para a defesa dos direitos humanos. O ANDES-SN foi fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Sete anos depois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. A Ordem dos Advogados do Brasil, criada em 1930, tem sua ação voltada, de um lado, na defesa das prerrogativas dos advogados e, de outro, na defesa e no aperfeiçoamento da ordem jurídica do país. A Associação Brasileira de Imprensa foi fundada em 1908, com o nome de Associação de Imprensa, recebendo o atual nome em 1913. Criada inicialmente como uma associação mutualista, passou a ter como centro de sua ação “o pensamento, as aspirações, os reclamos, a expressão cultural e cívica de nossa imprensa; preservar a dignidade profissional dos jornalistas – e não apenas a de seus sócios; acautelar os interesses da classe; estimular entre os jornalistas o sentimento de defesa do patrimônio cultural e material da Pátria; realçar a atuação da imprensa nos fatos da nossa história; e colaborar em tudo que diga respeito ao desenvolvimento intelectual do país”, como o definiu um de seus ex-presidentes. (N.E.)

# REALISMO E PRINCÍPIOS

Marilena Chaui

O realismo pragmático julga irrealismo principista a recusa do PT de comparecer ao Colégio Eleitoral e a manutenção (ainda que dificultada e dificultosa) da campanha pelas Diretas-Livres-Já.

Antes de emitir juízo de valor sobre a posição política do PT, convém recordar alguns aspectos que balizam a prática petista.

1 - No auge da campanha pelas Diretas, quando parte das oposições (ou melhor, Roberto Gusmão e Afonso Camargo<sup>1</sup>) começou a falar em candidato único para a Presidência da República, o PT declarou que não se tratava de discutir nomes e sim de iniciar a discussão de um programa mínimo de governo. Fruto de debates nos Diretórios, um programa de dez pontos (divulgado pela imprensa) foi enviado aos demais partidos e distribuído à população. O programa nunca foi discutido, criticado, modificado ou ampliado pelos demais partidos. Foi ignorado. Venceu a ideia do nome único (que fosse confiável ou palatável para o regime, como se dizia, embora a campanha das Diretas não visasse exatamente a agradar o regime, não é mesmo?). Posteriormente, surgiu um programa feito pela Aliança<sup>2</sup>, programa que é, se não inteiramente na forma certamente no conteúdo, oposto aos dez pontos sugeridos pelo PT. Dessa maneira, não só a ida ao Colégio Eleitoral contraria a política do PT, mas também o programa de governo aliancista e oposto às perspectivas socioeconômicas e políticas do PT, não podendo receber seu apoio.

2 - No nível dos princípios, a recusa de comparecer ao Colégio Eleitoral não é fortuita, mas decorrente do programa nacional do PT que se empenha por eleições diretas para todos os postos, de prefeito ao presidente da República, razão pela qual o partido criticou com veemência a nomeação dos prefeitos das Capitais pelos governadores de oposição que não se empenharam pela eleição direta neste nível (e, hoje, nem para a Presidência). Para o PT, portanto, a questão presidencial não é uma “tática”, nem uma “estratégia” (afinal, não somos militares planejando guerras), mas uma questão política propriamente dita, relacionada com a participação popular e com a reformulação da ideia e da prática da representação política no país. A questão é de princípios, sim. Trata-se de mais um, entre outros procedimentos políticos, de transformação institucional. De mudança de regime.

3 - Desde o início dos esforços pelas Diretas, era perceptível a constituição de um outro projeto político no interior das oposições: o do antigo PP<sup>3</sup>, voltado para a alternância no governo (o fato de que alguns tivessem até marcado data para o término das manifestações pelas Diretas deixava patente a existência desse outro projeto). É perfeitamente normal, correto e salutar que haja vários projetos políticos simultâneos em busca de hegemonia. Os aliancistas fizeram seu próprio caminho (ainda que às custas das Diretas) e isso é perfeitamente aceitável. Coisa bastante diversa, porém, é passar da aceitação desse fato político à necessidade de apoiá-lo. Ora, é isto que se quer exigir do PT. Mas o PT não tem a menor obrigação política de apoiar os aliancistas, nem de oferecer o aval político público, através da voz e do voto, para um projeto do qual discorda em gênero, número e grau. Ou não há direito à oposição política? A busca do uno sacrossanto não é própria do autoritarismo?

Curiosamente, o realismo pragmático critica o irrealismo principista no exato momento em que procura diferenciar seu candidato e aliados face ao adversário e aliados invocando os “altos princípios morais e políticos” dos componentes da Aliança. Afinal, os princípios valem ou não valem? Ou faz parte do realismo pragmático o velho uso de dois pesos e duas medidas?

**Fonte:** *Folha de S.Paulo*, 17 de setembro de 1984, p. 2.

## NOTAS

<sup>1</sup> Roberto Herbster Gusmão (1924). Advogado, professor e empresário. Presidente da União Nacional dos Estudantes (1947-1948), chefe do Gabinete Civil do Estado de São Paulo (1984-1985), ministro da Indústria e do Comércio (1985-1986). Afonso Alves de Camargo Neto (1929). Engenheiro, empresário e político. Secretário do Interior e da Justiça do Estado do Paraná (1963), vice-governador do Paraná (1964-1965), secretário de Finanças do Paraná (1974-1975), senador eleito indiretamente pelo Paraná (“biônico”) (1979-1987), ministro dos Transportes (1985-1986), senador pelo Paraná (1988-1995), ministro dos Transportes e Comunicações (1992), deputado federal pelo Paraná (1995 até a presente data). Ambos foram destacados articuladores da candidatura de Tancredo Neves à disputa pela Presidência no Colégio Eleitoral, antes mesmo da votação da Emenda Dante de Oliveira. (N.E.)

<sup>2</sup> Menção à coalizão político-partidária formada em 7 de agosto de 1984 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e pela Frente Liberal (dissidência do Partido Democrático Social, que mais tarde transformou-se no Partido da Frente Liberal) para abrigar a candidatura da chapa Tancredo Neves e José Sarney na disputa no Colégio Eleitoral contra a chapa do PDS, composta por Paulo Maluf e Flávio Marcílio. (N.E.)

<sup>3</sup> Partido político nacional criado em dezembro de 1979, após o fim do bipartidarismo da ditadura militar, que se incorporou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ato confirmado em fevereiro de 1983 em uma convenção conjunta de ambos partidos. (N.E.)



## O PT E O MOMENTO POLÍTICO

Consolida-se no país a tendência de a sucessão presidencial culminar no Colégio Eleitoral, hoje regulamentado graças ao acordo entre o PMDB e o PDS, apesar das tentativas de obstrução do PDT e do PT, que resistiu até o último momento. Reduzem-se, assim, praticamente a zero as chances de aprovar uma emenda de Diretas Já. O quadro sucessório, portanto, apesar das grandes manifestações da campanha pelas diretas e do saldo político que ela deixou, está definido de acordo com os interesses das classes dominantes. O PMDB, que, nas eleições de 1982, já dera um grande passo à direita ao incorporar o PP, deslocou-se ainda mais para a direita quando, decidindo abandonar a campanha das Diretas, uniu-se a parte do PDS na Aliança Democrática para garantir maioria no Colégio Eleitoral.

Assim transformados, os dois partidos dominantes acabaram por dar-se as mãos para, juntos, regulamentarem o Colégio e promoverem uma sucessão onde ao povo só é reservado o lugar de espectador de um jogo do qual não participa. Agora, 686 delegados do Colégio vão substituir 60 milhões de brasileiros aptos a votar em eleições diretas, nas quais seguramente os candidatos seriam outros.

Desta forma, ao povo que exige mudanças não é dado influir no processo. Juntamente com o povo, importantes correntes políticas que sempre estiveram na luta contra a ditadura cumprem o papel subalterno de carregar o andor de velhas oligarquias, latifundiários, empresários, banqueiros, que se converteram nos “democratas de 26 de abril”<sup>1</sup>. Esta enorme manipulação é feita através de mobilizações populares, que, convocadas a pretexto de combater o malufismo – repudiado por toda a Nação –, servem de respaldo a uma candidatura que acolhe também elementos do malufismo e seguidores do regime de 1964. É preciso combater o malufismo hoje e sempre, o que significa não manter a mística de um candidato praticamente derrotado antes mesmo da reunião do Colégio. Isto porque, ali, não se trata somente de comprar votos desse ou daquele delegado, mas antes de assegurar a continuidade do sistema militar e da exploração capitalista. Nisto, a candidatura de Tancredo, que representa uma articulação das classes dominantes mais poderosa do que a de Maluf, desempenha melhor a função de proclamar mudanças sem nada mudar.

Tudo indica que Maluf está derrotado, pois, sustentado pela corrupção e pela violência desses 20 anos de ditadura, representa o lado que se quer superar no regime. Por representar a velharia incômoda da opressão, perdeu bases de sustentação nas classes que, embora defendam a continuidade do regime, desejam imprimir-lhe uma direção capaz de perpetuar interesses. Assim, pode-se dizer que Maluf é hoje um representante minoritário de sua própria classe, a burguesia. Maluf é o produto de 1964, sem povo, sobre o povo. E, se ainda mantém sua candidatura, é porque, também no Colégio, recruta aliados para liderar um partido populista de direita, escoreado no que restar do PDS. Esta parada Maluf perdeu, mas pode ressurgir adiante, reunindo em torno de si os escombros de 1964, muitos deles adversários de hoje, mas aliados de ontem.

Tancredo, como ele próprio declarou, é a cara nova de 1964, contra a subversão, a corrupção, a repressão fora da ordem burguesa. É apoiado pelo maior bloco das classes dominantes já formado no país, sendo o preferido dos grandes empresários,

dos banqueiros, das multinacionais, e de uma ala dos militares. Associado ao PDS dissidente, Tancredo não só tenta assegurar a vitória no Colégio como realiza, por outras vias, uma antiga aspiração do general Golbery<sup>2</sup>, um correligionário de Maluf que estimulou a fundação do PP. Ou seja, a manobra de isolar setores populares e de esquerda representados também no PMDB. Basta ver que lideranças oposicionistas do Nordeste, que sempre combateram as oligarquias e o latifúndio, encontram-se hoje, a contragosto, submetidas ao esquema político dos governadores do PDS, na grande maioria partidários de Tancredo.

Este processo de tentativa de destruição do setor oposicionista do PMDB é favorecido pelo conformismo de partidos de esquerda que não conseguiram ainda compreender quem são seus aliados fundamentais em um país empobrecido e de gente explorada como o nosso povo. O antigo balaio de gatos que era o PMDB converteu-se, com a Aliança Democrática, num grande balaio de gatos e ratos.

Na medida em que a Aliança Democrática, com Tancredo e Sarney<sup>3</sup>, tem quase que consolidada sua vitória no Colégio Eleitoral, o antimalufismo tente a declinar, a despeito das especulações prorrogacionistas e das ameaças de golpe que o PT desde já denuncia e repele. Desse modo, Tancredo dá o tom da campanha indireta e vai aos poucos vestindo a farda para poder tomar posse em março de 1985. Os partidos clandestinos são convencidos a ficarem mais clandestinos e a recolherem suas bandeiras nos comícios, para não provocar os militares; o golpe de 1964 é defendido em seus ideais, para pacificar e tranquilizar os militares. O resultado das eleições de 1982 é fraudado para beneficiar os pedessistas perdedores. E de Minas vem o modelo de um futuro governo tancredista: o derrotado como candidato a vice-governador na chapa do PDS é indicado secretário da Segurança no governo do PMDB. No Nordeste, o presidente do velho PMDB não pode circular livremente durante as solenidades de adesão dos governadores do PDS à candidatura Tancredo<sup>4</sup>.

Esta guinada à direita da candidatura da Aliança, que de democrática só tem o nome, busca consolidá-la com o aval do Planalto, com a aceitação dos militares. Ela pretende, igualmente, estancar as reivindicações populares dentro dos limites tolerados pelo regime, que não mudará no fundamental. Por isso, Tancredo não pensa em reforma agrária (afinal, como dividir as terras de seu próprio vice?); não rompe com a política do FMI (Fundo Monetário Internacional); propõe um SNI (Serviço Nacional de Informações<sup>5</sup>) à paisana; mantém a LSN (Lei de Segurança Nacional); convoca os trabalhadores para a colaboração com os patrões; e, num passe de mágica, adia qualquer solução de compromisso, remetendo-as para o Congresso de 1986, que promete transformar em “Constituinte”.

Por isso tudo, é um grave erro político imaginar que haverá condições para, no interior do governo da Aliança Democrática, empurrar o bloco das classes dominantes em direção ao centro ou à centro-esquerda. Como é igualmente ilusório supor que, sem a “legitimação” do voto no Colégio Eleitoral, fica impossível fazer oposição ao governo ali nomeado.

Contra a chantagem do malufismo e o projeto de transição proposto pelas classes dominantes, o PT reafirma sua disposição de boicotar o Colégio e de não participar da votação indireta de 15 de janeiro de 1985. O PT conclama todos os seus militantes, os setores populares, sindicatos, correntes partidárias, entidades a se contraporem ao regime autoritário e ao pacto das elites, a fim de darem um sen-

tido à ação das oposições e à luta pela democracia. Para que esta ação se efetive, é preciso que o PT e as demais forças democráticas e populares se articulem em torno de um programa comum, abrindo caminho à participação crescente dos trabalhadores e de suas organizações no debate e nas decisões dos problemas do país. Temos que unificar nossa ação no sentido de conformar uma plataforma comum de lutas sociais, políticas, no plano sindical, das lutas populares e do Parlamento.

Desse modo, a fim de preparar o partido para o momento, de tornar mais ofensiva a sua ação e de divulgar de forma mais ampla nossa posição, convocamos todos os petistas para a pré-Convenção Nacional, marcada para 5 e 6 de janeiro de 1985.

*Diretório Nacional, 21 de Outubro de 1984.*

**Fonte:** *PT Boletim Nacional*. São Paulo, nº 8, nov. 1984, p. 2-3.

## NOTAS

<sup>1</sup> Referência àqueles que foram contra e auxiliaram a ditadura na derrota da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984. (N.E.)

<sup>2</sup> Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Militar. Chefe do Serviço Nacional de Informações (1964-1967), ministro do Tribunal de Contas da União (1967-1969) e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1974-1981). (N.E.)

<sup>3</sup> José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930) adotou legalmente o nome de José Sarney Costa em 1965. Advogado, professor e político. Deputado federal pelo Maranhão (1956-1957, 1959-1966), governador do Maranhão (1966-1970), senador pelo Maranhão (1971-1985), presidente da República (1985-1990), senador pelo Amapá (1991 até a presente data). Candidato a vice-presidente, pela Frente Liberal (embora estivesse filiado ao PMDB para evitar manobras de impugnação da sua candidatura) na chapa com Tancredo Neves, a Aliança Democrática, assumiu a presidência da República com a morte deste. (N.E.)

<sup>4</sup> Indicam-se duas pessoas nestas duas últimas frases deste parágrafo. Na frase relativa a Minas Gerais o texto refere-se a Crispim Jacques Bias Fortes (1923). Advogado e político. Deputado federal por Minas Gerais (1951-1975 e 1979-1983), secretário da Segurança Pública de Minas Gerais (1984-1986), foi candidato a vice-governador na chapa do Partido Democrático Social encabeçada por Eliseu Resende às eleições para o governo de Minas Gerais em 1982, vencidas pela chapa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, composta por Tancredo Neves e Hélio Garcia. (N.E.). Na frase em que se menciona o “presidente do velho PMBD” refere-se a Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Professor, advogado e político. Deputado estadual em São Paulo (1947-1950), deputado federal por São Paulo (1951-1992), e que foi um dos expoentes da Campanha pelas Diretas Já. (N.E.)

<sup>5</sup> O Serviço Nacional de Informações era um órgão subordinado à Presidência da República. Ele foi criado durante a ditadura militar, em junho de 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informação, especialmente as de interesse para a segurança nacional. O SNI foi extinto em 1990. (N.E.)

# RESOLUÇÕES DE ENCONTROS NACIONAIS DO PT

*Encontro Nacional Extraordinário – 12 e 13 de janeiro de 1985 – Diadema – SP*

## **Contra o continuísmo e o pacto social Por uma alternativa democrática e popular**

Nosso objetivo, neste documento, é o de fazer uma avaliação da campanha das Diretas, da situação econômica e social do país, do regime militar, do malufismo e da Aliança Democrática. Com base nesta análise, estamos propondo ao partido um plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo.

### **Avaliação da campanha das Diretas**

O principal saldo da campanha por eleições livres e diretas foi a ampla mobilização de setores populares e dos trabalhadores. Fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime.

Do ponto de vista político, ela representou o retorno das classes populares ao palco da luta institucional, questionando a forma de sucessão presidencial em vigor e colocando nas ruas suas reivindicações por transformações econômicas e sociais. A campanha das Diretas devolveu à população a autoconfiança em sua capacidade de organização e de luta. A população resgatou, também, formas de ação política direta que o regime militar, ao longo de 20 anos de repressão, tentara sufocar, como as passeatas e os comícios de grandes proporções.

Apesar das mobilizações, apesar da politização e da vontade de mudança manifestada nas praças e palanques, o movimento sindical e popular, que poderia tornar vitoriosa a campanha das Diretas, com paralisações e jornadas de protestos, não conseguiu intervir na campanha de forma independente e organizada, acabando por se diluir nos comícios e manifestações. Muito embora várias entidades da sociedade civil e do movimento popular e sindical – a CUT à frente – tivessem proposto uma paralisação cívica nacional, os setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controles e limites, que conduziram à conciliação.

A atuação do PT na campanha foi marcada pela independência, por uma política de mobilização, pela diferenciação expressa na plataforma de dez pontos e por uma política de frente e alianças. Nossa intervenção no interior dessa frente de partidos e entidades, que se organizou sob forma de comitês pró-diretas, tinha como objetivo a ruptura com o regime, a conquista de eleições diretas e mudanças econômico-sociais.

É preciso destacar que o PT era a única força capaz de pôr em prática uma política independente dos trabalhadores, através da criação de um polo alternativo que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das

Diretas até as últimas consequências. Em virtude de sua vocação para desenvolver outras lutas de interesse dos trabalhadores e do povo brasileiro (os pontos do PT, por exemplo), ao lado da campanha das Diretas, este polo alternativo teria contribuído para que o movimento acumulasse força, assegurando sua continuidade mesmo após a derrota da emenda das Diretas no Congresso Nacional. A concretização desse pólo, no entanto, acabou sendo inviabilizada, entre outros motivos, pela recusa de setores progressistas do PMDB, do PCB, do PCdoB e MR-8 de se aliarem a nós<sup>1</sup>. Ao se submeterem à hegemonia liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora. Além deste fator, pesou também o fato de, em alguns momentos, termos dado peso excessivo ao caráter unitário da campanha, não levando em conta – no devido tempo e na dimensão necessária – que o PMDB já se dirigia ao Colégio Eleitoral com a tese da candidatura única das oposições.

A desarticulação dos comitês e a participação de alguns setores e entidades na campanha de Tancredo Neves não devem nos levar a descartar esta experiência de organização. Tampouco o desvirtuamento dos comícios, hoje, deve nos levar a abandonar esta forma de ação política.

É preciso ter claro, ao concluir este balanço, que a Aliança Democrática utilizou a mobilização popular para impor ao regime a aceitação de seu candidato. No entanto, a população mantém viva sua aspiração legítima de conquistar eleições diretas e democracia, como bem mostram todas as pesquisas de opinião e as mobilizações populares, das quais as recentes greves são o melhor exemplo. E está se mobilizando em defesa de interesses sociais e econômicos, cujo atendimento a proposta de pacto social busca adiar, rebaixar e, em muitos casos, negar.

## O regime militar

O desgaste progressivo, a perda de bases de sustentação social e o fracasso mais recente do regime militar não foram suficientes para provocar uma ruptura democrática e acabar com os mecanismos de exceção, construídos durante os últimos 20 anos. Antes de tudo, porque o movimento popular não foi capaz, até agora, de estabelecer as bases seguras de uma nova e favorável correlação de forças sociais e políticas, através de novos e mais altos níveis de organização, da abrangência e aprofundamento de suas lutas, de sua ação comum organizada, da conquista de amplas liberdades judiciais e políticas e de um programa mínimo de mudanças prioritárias e mobilizadoras. E também porque a sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 1964, era uma das alternativas previstas no projeto de “abertura” lenta, gradual e segura, esboçado no início do governo do general Geisel<sup>2</sup>, o principal sustentáculo militar da Aliança Democrática.

Ao abrir-se o atual processo sucessório, sob as regras do próprio regime e em meio a uma profunda crise econômica, social e institucional, os militares perderam o controle do PDS e, em certo sentido, ao se dividirem, permitiram que a sucessão escapasse do seu controle. Isto não impediu, porém, que eles impusessem, por meio da intimidação (medidas de emergência), ameaças, prisões e

negociações com a Aliança Democrática, uma solução de compromisso que lhes garante um recuo organizado e a manutenção da tutela militar sobre o país.

Os compromissos de Tancredo com a manutenção do SNI (Serviço Nacional de Informação), da LSN (Lei de Segurança Nacional), do Conselho de Segurança Nacional<sup>3</sup>, do conjunto da legislação imposta pelo regime e do aparelho repressivo significam a garantia de sua continuidade. A volta aos quartéis, da forma que se dá, sem apuração da responsabilidade política pelos 20 anos de arbítrio e corrupção, sem desmontar a comunidade de informações, o aparelho policial e o controle sobre o complexo industrial-militar, significa que o poder militar continua submetendo o “poder civil”, e não o contrário. Ou seja, é preciso lutar para conquistar a democracia.

Não se pode ignorar, contudo, que a formação da Aliança Democrática representou uma derrota para o atual núcleo de poder. E que, a despeito da tutela militar, Tancredo e o bloco de classes que ele articula vão governar através de novos métodos e sob novas formas.

## **O malufismo**

A divisão no interior das Forças Armadas e as dissensões no PDS – provocadas por contradições entre as classes dominantes – abriram campo para que Paulo Maluf tomasse de assalto o aparelho do PDS e, utilizando-se do suborno, da corrupção e do tráfico de influência, vencesse a convenção. Ao impor-se como candidato do regime, Maluf precipita a formação da Frente Liberal<sup>4</sup> e sua posterior incorporação pela Aliança Democrática.

Maluf reúne em torno de si setores minoritários da burguesia, segmentos das Forças Armadas, comunidade de informações e organismos de repressão. Representa setores fisiológicos e de extrema direita do PDS e busca se apoiar em setores militares e políticos que temem perder seus privilégios e mordomias com a troca de governo.

Ao manter sua candidatura, contra todas as tentativas de substituição, Maluf, na verdade, revela a pretensão de organizar, com o que restar do PDS, um partido populista de direita, pronto a acolher os setores mais reacionários da sociedade. Daí porque a derrota de Maluf no Colégio não elimina as ameaças da extrema direita que ele encarna.

## **A situação econômica e social do país**

Após três anos de violenta recessão, orientada e comandada pelo Fundo Monetário Internacional, a economia do país dá mostras de leve recuperação, impulsionada pelo crescimento relativo da agricultura, da produção industrial e, sobretudo, das exportações. A expansão positiva do Produto Interno Bruto (PIB), contudo, não é, por si só, suficiente para sustentar uma retomada mais permanente, nem tampouco para reverter a profunda onda de desemprego, de miséria e de crise social provocada por uma política econômica monetarista e a serviço do grande capital.

Os dados e as projeções disponíveis indicam que os níveis de emprego existentes em 1980 só serão recuperados por volta de 1990, assim mesmo se o país

crescer, até lá, a taxas de pelo menos 6% ao ano. Isto sem considerar o ingresso de novos trabalhadores no mercado e sem levar em conta os investimentos em automação, realizados no setor industrial. Ao mesmo tempo, uma recomposição dos níveis de salário existentes até 1980 exige aumentos reais sucessivos. Isto porque, por força da política de arrocho que vem sendo imposta, houve, nos últimos dois anos, uma redução de 40% nas folhas de salários das empresas, em relação ao INPC<sup>5</sup>.

Do ponto de vista da administração da dívida – que praticamente condiciona a administração da política econômica – a situação é igualmente dramática: num período de quatro anos, a menos que se estabeleça algum tipo de renegociação, o país terá de amortizar 52% da dívida, que hoje supera os 100 bilhões de dólares. Basta ver, por exemplo, que o surpreendente saldo comercial de 12 bilhões de dólares, obtido este ano, serviu apenas para pagar os juros da dívida em 1984.

Diante desse quadro, a expectativa de uma inflação gigantesca, nunca vista em nossa história, agrava o cenário de arrocho e desemprego a que estão expostos os trabalhadores: 4 milhões de desempregados e 17 milhões de pessoas sem meios conhecidos de sobrevivência.

A crise social também se revela no aumento dos índices de analfabetismo, na desnutrição, na elevação dos índices de criminalidade, na falência do sistema habitacional e previdenciário. E, a continuar o atual esquema de administração da dívida pública interna, que já representa praticamente 20% do PIB, as condições de vida da população tendem a se deteriorar ainda mais.

É neste contexto que deve ser analisada a proposta de pacto social apresentada por Tancredo Neves. Ao que tudo indica, o pedido de “trégua” por seis ou nove meses, feito por Tancredo, inspira-se na política de seu velho benfeitor, Getúlio Vargas: o pacto social é nada mais nada menos que a reedição da política de “apertar os cintos”. Em nome da consolidação de seu governo e de sua política, a Aliança Democrática quer dos trabalhadores um cheque em branco, um crédito de confiança, muito embora não se descarte de imediato a possibilidade de alguma concessão, que, na essência, será mero paliativo, não podendo constituir elemento de barganha para os trabalhadores.

## **A Aliança Democrática**

A principal característica do processo de transição conduzido pelos militares e pelos setores mais conservadores dos partidos políticos, iniciado com a política de “abertura” do presidente Geisel, era a liberalização do regime, sem democratização de fato. Ou seja, reconstituir a autoridade do Estado com a participação de setores das classes dominantes até então marginalizados: tratava-se de construir uma nova hegemonia.

O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial. Isto parecia assegurado pela vitória eleitoral das forças conservadoras, ditas oposicionistas, no PMDB e no PTB, criando condições para manter indiretas as eleições.

Desde essa época, o regime se empenhava para assegurar sua continuidade, ainda que sob novas formas e através de um pacto das elites. Desde essa época,

também, lutávamos contra a transição por cima, e a este projeto opúnhamos uma alternativa “por baixo”, a partir da mobilização e em defesa dos interesses sociais e políticos das grandes maiorias.

Essa tática nos levou a lançar nas ruas a campanha por eleições livres e diretas, com perfil próprio, e propostas de mudanças econômicas e sociais. Incorporaram-se à campanha, alterando sua qualidade, todos os partidos de oposição, os governadores do PMDB e PDT, associações, sindicatos e entidades da sociedade civil.

Ao longo de toda a campanha, os setores liberais e conservadores das oposições, liderados pelo governador Tancredo Neves, oscilaram entre a luta pelas Diretas e a conciliação com o regime. Temerosos diante do crescimento da mobilização popular, que ameaçava seu controle sobre a transição, estes setores, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, apressam as negociações com setores do regime e do PDS: começa a tomar forma a Aliança Democrática.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi a senha para a desmobilização e a retomada do controle pelos setores conservadores, que, tornando-se majoritários no Congresso, se recusaram a votar a Emenda Teodoro Mendes, regulamentaram o Colégio e consideravam golpe aprovar qualquer emenda por Diretas Já. Por outro lado, a vitória de Maluf na convenção do PDS criou as condições definitivas para a união dos dissidentes do PDS com o PMDB, formalizando a Aliança Democrática e o lançamento oficial da candidatura Tancredo Neves.

A Aliança Democrática reunificou, num único bloco, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares. E, na tentativa de ocultar este caráter de classe, seus objetivos continuístas e sua legitimidade, a Aliança Democrática explorou o sentimento popular de repúdio a Maluf, apoiou-se na palavra de ordem de mudanças. Daí entender por que a população, desejando as eleições diretas, mas não vendo como conquistá-las de imediato, tenha sido envolvida pelo falso dilema Tancredo ou Maluf. E, posta diante dele, foi levada a manifestar a preferência pelo mal menor, como manda a velha tradição do país. Ao mesmo tempo, a participação do PMDB na campanha transferiu para os comícios o peso de sua influência sobre amplos setores populares, que ainda têm dele a imagem do partido de oposição ao regime de 1964.

Vitoriosa graças ao grande bloco de forças que aglutinou, a Aliança Democrática buscou arrastar para o Colégio Eleitoral o único partido que se mantém independente: o PT. Não se tratou, para ela, de precisar dos votos do PT, dada a sua evidente maioria entre os delegados, mas de conquistar nosso apoio político, social e ideológico para o projeto de transição das classes dominantes e para o pacto social que pretende legitimá-lo e consolidá-lo. Embora a diversidade de setores que compõem a Aliança Democrática não tenha permitido, até agora, a apresentação de um projeto político e econômico mais acabado, os setores hegemônicos da Aliança já têm definidos alguns compromissos e objetivos fundamentais. São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma da Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e com o capital financeiro do país e do exterior; garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra<sup>6</sup>; em resumo, um conjunto de linhas que



representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 1964.

## Plano de ação política e plataforma de lutas

Num momento em que a Aliança Democrática tenta consolidar sua hegemonia de classes através da adesão dos trabalhadores a um pacto social e através da participação do PT na transição conservadora, é fundamental que o partido preserve sua independência política. Primeiro, porque o PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política. Segundo, porque a recusa à dominação burguesa se expressa também pela organização dos movimentos sociais e suas lutas e por sua autonomia em relação ao Estado. Depois, porque nossa atuação no Parlamento e nas instituições tem como objetivo utilizar essas tribunas e espaços a serviço da luta pela ampliação da margem de liberdade política e pela conquista de reivindicações econômico-sociais, sempre postas em função do acúmulo de forças de trabalhadores, tendo em vista conquistar o poder e o socialismo.

Por isso, não se trata de simplesmente canalizar as lutas para o Parlamento, nem tampouco de acreditar que a conquista de interesses sociais e políticos dos trabalhadores venha das elites dominantes. É isso o que nos ensina o manifesto da fundação do PT, que resgatamos neste momento, já que é preciso ter claro, no atual processo sucessório, quando tantos falam em democratizar o país, “que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá”.

Esta postura de independência de classe e de recusa à dominação ideológica da burguesia tem se manifestado em vários momentos da história do PT: o repúdio às propostas de fusão; a negativa de ceder à chantagem do voto útil; a não-integração nos governos ditos de oposição eleitos em 1982. Coerente com esta orientação, devemos estabelecer uma linha política e um plano de ação que conduzam à construção de uma alternativa democrática e popular capaz de se opor ao pacto das elites.

A concepção desta política deve apoiar-se em quatro pontos essenciais:

a) reafirmação da plataforma de dez pontos do PT, tirada no Encontro Nacional, de abril/1984;

b) estabelecimento de pontos centrais e prioritários de lutas de interesse dos trabalhadores, a serem exigidos e conquistados como medidas imediatas do próximo governo;

c) a continuidade da luta por mudanças econômico-sociais, pela democracia e por eleições livres e diretas, juntamente com todos os setores sociais, forças democráticas, partidos e segmentos de partidos políticos que se dispuserem a lutar contra a transição conservadora e o pacto social. Esta política de alianças não se confunde com uma política de adesão, fusão ou subordinação aos interesses da burguesia;

d) organização, crescimento e consolidação do PT no plano nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, reafirmamos a política de organização, formação política e finanças aprovada no Encontro Nacional de abril de 1984.

É preciso que o Partido, imediatamente, organize campanha de mobilização e propaganda pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e por Eleições Livres e Diretas em todos os níveis, principalmente nas capitais dos estados e nos municípios considerados áreas de Segurança Nacional, além da defesa da devolução da representação política para o Distrito Federal.

Para tanto, os Diretórios Regionais, Municipais, Zonais e Distritais devem organizar planos de ação no partido para:

1) promover o lançamento destas campanhas através de comícios, panfletagens, propaganda e debates;

2) organizar internamente no PT e para os movimentos sociais material de educação política e esclarecimento sobre o que é uma Constituinte, seu caráter, a Proposta do PT, através de textos, cartilhas, cartazes etc., com métodos e linguagem acessíveis a todos os trabalhadores;

3) articular com outras forças políticas e sociais, mantida a nossa identidade e as características da proposta petista, comitês e outras formas de organização suprapartidária, para ampliar e massificar as campanhas.

O Diretório Nacional e a Executiva, junto à Bancada, encaminharão a apresentação de projetos de leis e o apoio organizado aos que já existem – no sentido de criar condições para que a Constituinte seja Democrática, Soberana e Livre. Grupos de Trabalho devem ser instituídos em nível de Executiva Nacional, para assessorar o PT com relação à Constituinte.

O Diretório Nacional e a Executiva coordenarão a campanha em nível nacional, produzindo material de propaganda, organizando um plano de viagem dos parlamentares e dos dirigentes partidários, coordenando em nível nacional as campanhas, principalmente para prefeitos das Capitais.

Por fim, o Diretório Nacional do Partido procurará outras forças políticas para expor nossa proposta e articular formas conjuntas de luta pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e Eleições Livres e Diretas em todos os níveis.

As questões de organização constituem uma questão política vital para o partido: trata-se de reafirmar, neste momento, a prioridade para as tarefas de construção partidária independente dos trabalhadores. Só o PT reúne hoje as condições – e se mantém firme neste propósito – de fazer frente ao continuísmo do regime, na defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Nesta tarefa de reafirmação e construção do PT, a organização dos núcleos, sua multiplicação e fortalecimento devem merecer todo o nosso empenho.

Este crescimento do PT, porém, só será possível com a definição de políticas para as lutas do movimento popular e sindical, no campo, nas fábricas, nas escolas, nas praças. Neste sentido é que continuamos comprometidos com a construção de um amplo partido de massas, democrático e de lutas – um dos instrumentos das massas populares para transformar o Brasil numa sociedade socialista.

No entanto, para que este partido se consolide e se desenvolva é preciso resolver, em nível nacional, alguns graves problemas, que têm impossibilitado seu crescimento e a unificação de sua atuação política.

[...]

**Fonte:** Original mimeografado, anexo à Ata do Encontro Nacional Extraordinário do PT, p. 1-8 (*Acervo CSBH-FPA*).

## NOTAS

---

<sup>1</sup> PCB, sigla do Partido Comunista Brasileiro, partido de caráter nacional criado em 1922 e extinto em seu X Congresso, em 1992. PCdoB, sigla do Partido Comunista do Brasil, partido de caráter nacional criado em 1962 a partir de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro. MR-8, sigla do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, organização que se originou a partir de uma cisão do PCB, a Dissidência da Guanabara, em 1969. (N.E.)

<sup>2</sup> Ernesto Geisel (1907-1996). Militar. Comandante militar de Brasília (1961), chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1961 e 1964-1967), ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969), presidente da Petrobrás (1969-1973), presidente da República (1974-1979). A “abertura” foi o nome pelo qual ficou conhecido o processo iniciado durante o governo do general Ernesto Geisel de “liberalização” do regime militar e que prosseguiu durante o governo de seu sucessor, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o último dos governantes militares. Ao assumir seu mandato o general Geisel pretendia reabrir o diálogo com a oposição, a Igreja e setores intelectuais, truncado sobretudo com as restrições às liberdades públicas e as violações dos direitos humanos promovidas por seu antecessor, o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Este processo foi definido pelo general Geisel como sendo uma “distensão lenta, gradual e segura”, que seria conseguida com “o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável”. (N.E.)

<sup>3</sup> O Conselho de Segurança Nacional era um órgão criado em 1937 com a função de estudar questões relativas à segurança nacional. Com ao advento da ditadura militar em 1964, o CSN teve suas atribuições ampliadas, passando a planejar e supervisionar a realização dos estudos necessários à política de segurança nacional, orientar a busca de informações e assessorar o presidente da República na “formulação e conduta” da política de segurança nacional. A partir do governo Geisel ele foi gradativamente esvaziado até a criação do Conselho de Defesa Nacional em 1988. (N.E.)

<sup>4</sup> Dissidência do Partido Democrático Social formada em razão da discordância com o nome de Paulo Maluf para disputar a presidência da República no Colégio Eleitoral. Ela se uniu ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro para formar a Aliança Democrática, que lançou a chapa Tancredo Neves e José Sarney na disputa presidencial no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, sendo que Sarney foi indicado pela Frente Liberal. A Frente Liberal deu origem ao Partido da Frente Liberal, criado em janeiro de 1985, e que foi transformado em Democratas em março de 2007. (N.E.)

<sup>5</sup> INPC, sigla de Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Ele é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde setembro de 1979 e serve como parâmetro para reajustes salariais, pois oferece a variação de preços no mercado varejista, mostrando o aumento do custo de vida da população. (N.E.)

<sup>6</sup> Nome dado a uma lei de novembro de 1964, que tinha como objetivo criar um instrumento institucional para adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social do Brasil. No entanto, ao longo de sua existência, em nada contribuiu para a modificação da estrutura agrária do Brasil, pois a concentração da propriedade ampliou-se, com a conseqüente ampliação do êxodo rural, resultante da expulsão em massa dos trabalhadores rurais, e a elevação de conflitos armados pela posse da terra. (N.E.)

## O “AUTORITARISMO” DO PT

*Paul Singer*

No noticiário e nos debates sobre a pretendida punição de deputados do Partido dos Trabalhadores, por terem comparecido ao Colégio Eleitoral e votado em Tancredo Neves, há equívocos a serem retificados. O primeiro deles é que a resolução de pedir que os referidos deputados se desliguem do partido foi adotada num Encontro realizado antes da reunião do Colégio. Não era, pois, a aplicação de uma punição mas uma advertência aos parlamentares que desobedecessem à diretriz partidária. É importante discutir se tal advertência cabe ou não, tratando-se de um partido que procura ser democrático e representar os anseios dos trabalhadores brasileiros.

Antes de mais nada, os antecedentes da questão. Em abril de 1984, o Encontro Nacional do PT resolveu, sem qualquer oposição, que os seus deputados não compareceriam a uma eleição indireta. A Emenda Dante de Oliveira ainda não havia sido votada e o PT pretendia com esta resolução reforçar a luta pelas eleições diretas. Com o passar dos meses, tornou-se evidente: 1. que a candidatura de Tancredo Neves reunia a maioria dos votos no Colégio Eleitoral; e 2. que a contínua oposição do governo e o crescente desinteresse de setores da oposição tornavam impossível a conquista das eleições Diretas Já, ou seja, nesta sucessão presidencial. Nestas novas condições, o PT, pela sua maioria, adotou a posição de que a provável vitória de Tancredo no Colégio não substituiu o objetivo maior da campanha pelas Diretas Já, qual seja, a redemocratização do país, o fim do regime militar.

Por volta de outubro de 1984, surgiram, em oposição a esta tendência majoritária, duas outras no PT: uma, propondo o comparecimento dos deputados ao Colégio para votar em Tancredo, seja como apoio à Aliança Democrática, seja para manifestar oposição a Maluf; outra, propondo que o PT submetesse um programa mínimo ao candidato da Aliança, condicionando o apoio do partido à aceitação pública do referido programa. Verificada a divergência existente, o Diretório Nacional do PT resolveu convocar todos os filiados a uma consulta e marcar um novo Encontro Nacional para, às vésperas da reunião do Colégio, definir a posição do partido.

Em dezembro de 1984, os diretórios municipais e distritais do PT realizaram mais de 450 encontros em todo o país, aos quais compareceram entre 25 e 30 mil filiados. Nestes encontros, além de discutir a sucessão presidencial e eleger delegados, os filiados votaram na consulta convocada pelo Diretório Nacional. A proposta 1 (não comparecimento) recebeu 86% dos votos, a proposta 2 (comparecimento e apoio a Tancredo) recebeu 5,7% dos votos e a proposta 3 (apresentação de um programa mínimo a Tancredo) recebeu 8,3% dos votos. Ficou claro que a grande maioria das chamadas “bases” do PT era contrária ao comparecimento ao Colégio Eleitoral e ao voto no candidato da Aliança Democrática.

Há uma disputa a respeito da representatividade da consulta, já que a ela compareceram algo como um décimo apenas dos 290 mil filiados do PT. Acontece que a filiação de um partido, de acordo com a legislação em vigor, é um ato formal que possibilita a existência legal do referido partido. Ela não requer e nem mesmo pressupõe a participação ativa na vida política da agremiação. No PT (e imagino que também em outros partidos) há um grande esforço para atrair os filiados ao partido

e nucleá-los em órgãos militantes. Como resultado concreto deste esforço, no entanto, apenas 20% dos filiados em média mantêm certa participação nas atividades do partido. É duvidoso que qualquer dos outros partidos brasileiros apresente sequer esta margem de participação dos filiados. Seja como for, a consulta realizada pelo PT refletiu a opinião de algo como a metade dos filiados ativos, certamente a metade mais ativa deles.

Dados estes antecedentes, a resolução tão criticada por amigos sinceros e pseudoadmiradores do PT obviamente não tem o vezo autoritário que lhe atribuem. Afinal, um partido político tem ou não tem o direito – ou mesmo o dever – de exigir que seus parlamentares cumpram a vontade de seus membros, quando esta é vastamente majoritária, como mostraram os resultados da consulta? A liderança mais expressiva do PT, assim como os deputados federais que não tinham a intenção de comparecer ao Colégio, se opuseram à referida resolução, argumentando que os deputados que pretendiam votar em Tancredo o faziam por uma questão de consciência, por estarem convictos de que esta era a atitude mais acertada e não por interesse pessoal, político ou de qualquer outro tipo. Esta argumentação, cuja veracidade não é contestada por ninguém que conheça Ayrton Soares, Bete Mendes e José Eudes<sup>1</sup>, não logrou convencer a maioria do Encontro, realizado em 13 de janeiro de 1985, à qual entendia que a questão era suficientemente importante para não admitir uma quebra da disciplina partidária.

Um exame desapassionado da questão releva a sua complexidade. De um lado, o mandato de um parlamentar tem sua origem no partido, que apresenta sua candidatura, mas é outorgado pelo eleitorado. Se o parlamentar está convencido de que os interesses dos seus eleitores exigem que ele compareça ao Colégio, deve ele não comparecer só para se submeter a uma diretiz partidária? Por outro lado, se os parlamentares devem contas apenas a sua consciência, para que servem os partidos? A opinião pública sente uma repulsa natural contra uma “máquina partidária” que procura impor a deputados atitudes contrárias à consciência deles. Mas, no atual caso do PT, não se trata de uma “máquina”, mas da manifestação autêntica das bases partidárias.

O PT está procurando, sabe Deus com quantos sacrifícios, praticar a democracia interna para valer. Seria desastroso para a democracia brasileira se esta prática fosse condenada pela opinião pública como “autoritária”. Mas a intransigência e a animosidade contra dissidências são perigos para a democracia interna, que se procura valorizar. Nesta altura, cabeça fria e coração quente são imprescindíveis para que a proposta generosa de um partido que nasça das lutas dos explorados não se estiole.

**Fonte:** *Folha de S.Paulo*, 11/02/1985, p. 3.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ayrton Estevens Soares (1945). Advogado e político. Deputado federal por São Paulo (1975-1987). Elisabete Mendes de Oliveira (1949). Atriz e política. Deputada federal (1983-1991), secretária de Cultura do Estado de São Paulo (1987-1988). José Eudes Freitas (1946). Advogado e político. Deputado estadual no Rio de Janeiro (1979-1983) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1987). (N.E.)